



INSTITUTO DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE LINGÜÍSTICA, PORTUGUÊS E LÍNGUAS
CLÁSSICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGÜÍSTICA

CAMILA DE AZEVEDO MENDES

PRENOMES DE ORIGEM HEBRAICA NO BRASIL: UMA PERSPECTIVA
SÓCIO-HISTÓRICA E LINGÜÍSTICA SOBRE A CONFLUÊNCIA E
AMBIGUIDADE ENTRE AS TRADIÇÕES JUDAICA E CRISTÃ

BRASÍLIA-DF

2025

CAMILA DE AZEVEDO MENDES

**PRENOMES DE ORIGEM HEBRAICA NO BRASIL: UMA PERSPECTIVA
SÓCIO-HISTÓRICA E LINGUÍSTICA SOBRE A CONFLUÊNCIA E
AMBIGUIDADE ENTRE AS TRADIÇÕES JUDAICA E CRISTÃ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade de Brasília–PPGL/UnB como requisito para a obtenção de título de Mestre em Teoria e Análise Linguística da linha de pesquisa Léxico e Terminologia.

Orientadora: Dr^a. Juliana Soledade Barbosa Coelho.

Coorientador: Dr. Nativel Almeida Simões Neto.

BRASÍLIA – DF

2025

CAMILA DE AZEVEDO MENDES

Banca Examinadora:

Dr.^a Juliana Soledade Barbosa Coelho

Programa de Pós-graduação em Linguística – PPGL-UnB/Programa de Pós-graduação em Língua e Cultura – PPGLINC-UFBA (Orientadora/Presidente)

Dr. Natival Almeida Simões Neto

Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos – PPGL-UEFS (Coorientador)

Dr.^a Michelle Machado de Oliveira Vilarinho

Programa de Pós-graduação em Linguística – PPGL – UnB (Membro Interno)

BRASÍLIA – DF

2025

FICHA CATALOGRÁFICA

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Dp	DE AZEVEDO MENDES, CAMILA PRENOMES DE ORIGEM HEBRAICA NO BRASIL: UMA PERSPECTIVA SÓCIO-HISTÓRICA E LINGUÍSTICA SOBRE A CONFLUÊNCIA E AMBIGUIDADE ENTRE AS TRADIÇÕES JUDAICA E CRISTÃ / CAMILA DE AZEVEDO MENDES; orientador JULIANA SOLEDADE BARBOSA COELHO; co-orientador NATIVAL ALMEIDA SIMOES NETO. Brasília, 2025. 61 p. Dissertação (Mestrado em Linguística) Universidade de Brasília, 2025. 1. LEXICO. 2. TERMINOLOGIA. 3. LINGUISTICA. 4. ANTROPONIMIA. 5. ONOMASTICA. I. SOLEDADE BARBOSA COELHO, JULIANA, orient. II. ALMEIDA SIMOES NETO, NATIVAL, co-orient. III. Título.
----	---

FOLHA DE APROVAÇÃO

AGRADECIMENTOS

À Maria Célia de Azevedo Mendes e Vilmar Gonçalves Mendes, por uma vida inteira de dedicação e amor, que tornaram esta conquista e tantas outras possíveis.

A César de Azevedo Mendes Cardoso Farias, razão de cada passo que dou, fonte da minha força e resistência diante das adversidades, e do meu amor imensurável.

À Juliana Soledade Barbosa, por acreditar e valorizar cada interação e ideia, pelo respeito e generosidade na orientação e em todos os momentos desta jornada.

Aos meus amigos, em especial Doron Shomrony, pelo apoio incondicional e por compartilharem comigo esta caminhada.

À Universidade de Brasília, pelo papel fundamental na minha formação acadêmica e no desenvolvimento desta dissertação. Como instituição pública e gratuita, um pilar essencial para a produção do conhecimento, democratização do ensino e o avanço científico, promovendo transformação social e impactando positivamente toda a sociedade. Sou imensamente grata por fazer parte dessa história e por todo o suporte recebido ao longo da minha trajetória acadêmica.

*Nombrar es imposible
Y puede ser bello intentar lo
imposible
Pero cada vez que hablamos
Algo queda fuera de los nombres
Cada palabra omite
La única parte única
De aquello que quieres decir.
Silvia Pérez Cruz*

RESUMO

A dissertação traz uma reflexão acerca dos antropônimos de origem hebraica no repertório onomástico brasileiro, analisando sua difusão a partir da influência das tradições cristãs e judaicas. A pesquisa considera o impacto das Bíblia como elemento formador da cultura nacional e contextualiza a influência religiosa nos prenomes, com destaque para a tradição luso-judaico-cristã estabelecida durante a colonização portuguesa. Por meio de análises sócio-históricas e linguísticas, o estudo busca compreender como aspectos culturais e históricos moldaram a escolha e o uso desses nomes no Brasil. O trabalho inclui levantamentos quantitativos e qualitativos, considerando dados históricos, censitários e entrevistas, com foco na percepção e identificação de nomes hebraicos no contexto brasileiro.

Palavras-chave: antroponímia, sócio história, judaísmo, cristianismo, luso-judaico-cristã

ABSTRACT

The dissertation brings a reflection about Hebrew-origin anthroponyms in Brazilian onomastic repertoire, analyzing their diffusion influenced by Christian and Jewish traditions. It highlights the role of the Bible as a formative cultural element and contextualizes religious influence on first names, with emphasis on the Luso-Judaic-Christian tradition established during Portuguese colonization. Through socio-historical and linguistic analyses, the study explores how cultural and historical factors shaped the selection and use of these names in Brazil. The research includes quantitative and qualitative data collection, encompassing historical records, census data, and interviews, focusing on the perception and identification of Hebrew names within the Brazilian context.

Keywords: anthroponymy, socio history, Judaism, Christianity, Luso-Judaic-Christian

LISTA DE FIGURAS

Figura 01- Motivações religiosas para escolha de nomes.....	18
Figura 02- Enquete sobre a avaliação de nomes de origem hebraica.....	21
Figura 03- Tabela de avaliação dos nomes hebraicos.....	22
Figura 04- Dados do Censo acerca do nome <i>Tarsila</i>	27
Figura 05- Dados do Censo acerca do nome <i>Sofia</i>	28
Figura 06- Sinagogas no Brasil em 1912.....	35
Figura 07- Pesquisa realizada no Google <i>Forms</i>	51

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – os 5 nomes femininos mais frequentes no Brasil entre antes de 1930 e 2010.....	40
Tabela 02 – os 5 nomes masculinos mais frequentes no Brasil entre antes de 1930 e 2010.....	41
Tabela 03 – Religiões no Brasil – IBGE, 2023.....	42
Tabela 04 – Prenomes considerados de feição judaico-cristã 1.....	44
Tabela 05 – Prenomes considerados de feição judaico-cristã 2.....	48
Tabela 06 – Prenomes a serem avaliados sobre uma possível feição judaica.....	49
Tabela 07 – Resultados Pesquisa x Frequência IBGE.....	52

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
2 METODOLOGIA.....	19
3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	23
3.1 ANTROPONÍMIA	23
3.2 JUDEUS NO BRASIL	30
3.3 CRISTÃOS NO BRASIL	36
4 ANÁLISE DOS DADOS	42
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	58

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo tem o intuito de examinar a presença de antropônimos de origem hebraica no repertório onomástico brasileiro investigando a difusão desses nomes no Brasil a partir do contato com as tradições cristã e judaica, sobretudo em face da questão religiosa e, em especial, do papel relevante que a Bíblia (Antigo e Novo Testamento) tem junto à sociedade brasileira.

A antroponímia ou antroponomástica¹, ciência que estuda os nomes próprios de pessoa sob a perspectiva linguística, inclui a compreensão de aspectos sócio históricos que impactaram e impactam na difusão de determinados antropônimos em uma dada comunidade de fala. O estudo dos antropônimos pode ter como viés o olhar sobre a influência que uma determinada cultura pode exercer sobre as escolhas dos nomes a serem usados para registros dos falantes em uma sociedade, - como é o caso enfocado nesta pesquisa. Porém, não se restringe a isso, pois também pode se debruçar sobre variados outros aspectos: seja a difusão em um determinado território, seja os tipos de avaliações sociais que os nomes de pessoas recebem dos seus usuários, seja sobre as características lexicais, etimológicas e morfológicas dos nomes no âmbito dos estudos exclusivamente linguísticos, entre outros. Isto é, a compreensão de aspectos sócio-históricos não é a via exclusiva para o estudo da antroponímia, a investigação de natureza lexical, morfológica e/ou sintática também oferece significativa contribuição e é essencial na interpretação de dados.

De acordo com Ramos e Bastos (2010), em que pese a interface da onomástica com outros campos do saber, na prática, a pesquisa se desenvolve, basicamente, em três perspectivas: a histórica, a geográfica e a linguística, que, por sua vez, estão situadas em dimensões epistemológicas próprias e usuárias de aparatos metodológicos distintos, porém altamente interrelacionadas, interdependentes e condicionadas por limitações que lhes são inerentes e com as quais nós, pesquisadores, somos obrigados a lidar.

No que concerne a esta pesquisa, a abordagem sócio histórica aponta para a necessidade de olhar influência das religiões (cristãs e judaica) para a difusão dos prenomes de origem hebraica no Brasil. Segundo dados do IBGE/Censo de 2010 (dados do Censo 2022 ainda não foram disponibilizados), a religião católica permanece como

¹ O Conselho Internacional de Ciências Onomásticas (ICOS) propôs, em 2011, que a antroponomástica é a disciplina que estuda os antropônimos e, na literatura, há por vezes, distinções entre os termos. Entretanto, nesta pesquisa, será utilizado, por esta autora, o termo antroponímia considerando que, no português do Brasil, este uso vem sendo mais utilizado e, assim, convencionado.

majoritária no Brasil, envolvendo cerca de 123 milhões de seguidores (64,63% da população brasileira à época), seguida das diversas designações relacionadas à religião Evangélica, para a qual encontramos declaração de adesão de cerca de 22,4% da população; por sua vez, que aqueles que se declaram como professantes do judaísmo representam apenas 0,01%, envolvendo cerca de 107 mil pessoas, apenas. Então, desde esse dado primordial, já podemos inferir que os nomes de origem hebraica ligados a tradições cristãs apresentam maior probabilidade de figurarem na antroponímia brasileira em relação àqueles de mesma origem, mas que estejam vinculados a usos e convenções ligados à tradição judaica. Em face dos dados censitários, essa hipótese não pode deixar de ser levantada a priori.

Além da predominância numérica da religião cristã no Brasil, deve-se considerar também os aspectos simbólicos e afetivos ligados à escolha dos nomes. Nomes bíblicos, sobretudo aqueles associados a personagens de destaque na tradição cristã, frequentemente carregam um peso emocional e cultural significativo para os pais que os escolhem. Essa preferência também se reflete na literatura, na música e na mídia religiosa, que constantemente reforçam a importância de figuras como Maria, José, João e Pedro. Esse fenômeno indica que a difusão de prenomes hebraicos está fortemente atrelada ao ambiente cultural e religioso no qual os indivíduos estão inseridos.

A presença da religião no sistema midiático brasileiro tem se intensificado desde a década de 1980, especialmente no campo da radiodifusão. O Grupo Record, atualmente composto pela RecordTV, RecordNews, Portal R7 e o jornal *Correio do Povo*, estão sob a propriedade do bispo Edir Macedo, líder da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), desde 1989. Além disso, desde 1995, os bispos da IURD controlam diversas emissoras de rádio, como as que compõem a Rede Aleluia.

Ademais, atribuir a uma emissora a classificação que não seja religiosa não implica afirmar que a religiosidade esteja ausente. Vários meios de comunicação que não são categorizados como religiosos incluem em suas plataformas ou grades de programação conteúdos relacionados a denominações religiosas.

Ao relacionar, assim, a antroponímia brasileira a aspectos sócio históricos, é preciso investigar por um lado a história da presença dos judeus no Brasil e por outro como o cristianismo acaba por se tornar a ideologia religiosa preponderante em todo o território brasileiro.

A trajetória dos judeus no Brasil já se inicia no século XVI, com a chegada dos primeiros Europeus. Segundo Grinberg, a vinda dos judeus para América tem relação

com os eventos ocorridos na Espanha em 1492 “quando os Reis Católicos, depois de anos de perseguição do Tribunal de Inquisição, assinaram o decreto de expulsão da Espanha de todos aqueles judeus que não haviam se convertido ao cristianismo.” (GRINBERG, 2000: 123). Esse decreto levou a um significativo movimento migratório dos judeus da Península Ibérica, que terão, a partir do século XVI, as colônias espanholas e portuguesa como um destino possível.

Por outro lado, ao colonizar o Brasil, Portugal trouxe consigo um conjunto de tradições fortemente influenciadas pelo catolicismo. No que tange a antroponímia em especial vale destacar que até fins do século XIX e início do XX, os registros civis (nascimento, casamento e óbito) eram feitos pelos párocos, tendo a Igreja total controle sobre o sistema de nomeação de pessoas.

Outro aspecto relevante a ser considerado é o papel das migrações contemporâneas na diversidade da antroponímia brasileira. Apesar do predomínio de nomes de tradição luso-cristã, a chegada de comunidades judaicas, principalmente no final do século XIX e início do século XX, contribuiu para a manutenção de nomes hebraicos em determinados nichos sociais. Em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, onde há concentrações expressivas de comunidades judaicas, é possível perceber uma maior ocorrência de nomes hebraicos que não estão necessariamente associados ao cristianismo, mas sim às tradições judaicas preservadas por esses grupos.

Tais fatos históricos, além de outros que serão explorados adiante, permite-nos vislumbrar a presença, desde cedo, tanto da religião católica quanto da judaica na constituição sócio histórica do Brasil e aponta para a necessidade de se investigar, no decorrer da história, estas conexões para a formação da sociedade brasileira e, em consequência, para a constituição do repertório antroponímico que se difundiu pelo território nacional desde essa perspectiva social, cultural e religiosa. Sobre esse aspecto, é importante repisar que o estudo das implicações desses eventos no campo da onomástica pode oferecer contribuições relevantes para o conhecimento da nossa história e da nossa cultura.

Considerando esta interseção das tradições judaica e cristã/católica no Brasil no campo antroponímico e as intercorrências da influência do catolicismo no judaísmo em território brasileiro que se iniciam, historicamente, a partir dos registros supracitados, originou-se aqui o questionamento acerca dos prenomes de origem hebraica quando relacionados à tradição luso-judaico-cristã herdada da colonização. Isto por que, de acordo com a história da formação da língua portuguesa, não podemos negar a forte

influência desta tradição que se vincula à colonização portuguesa e ao papel da Igreja Católica como parceira do Estado para o controle dos registros civis em todo período Colonial e quase todo período Imperial. O léxico antroponímico brasileiro, em especial o conjunto dos prenomes, até a década de 1880 era essencial e exclusivamente formado por nomes vinculados à uma tradição imposta pelo colonizador, que se configuravam e ainda se configuram como os mais frequentes no país.

A colonização, acompanhada do controle de registros civis, culminou na constituição da base da antroponímia brasileira, conforme relata Soledade (2024: 232):

“Em resumo, todos os dados [...] apontam para o fato de que a antroponímia brasileira até fins do século XIX e início do XX, excetuando-se os prenomes da imigração, era essencial e fortemente filiada à tradição luso-judaico-cristã e que havia pouquíssimo espaço para inovações no rol dos antropônimos em uso pela comunidade linguística do país.”

O conceito de uma antroponímia luso-judaico-cristã se sustenta na ideia de que o Brasil herdou, através do processo colonizador empreendido pelos invasores portugueses, um conjunto de prenomes já entranhados ao sistema onomástico da língua portuguesa trazida pelos europeus; por sua vez essa antroponímia teria sido constituída ao longo de muitos séculos, em consonância com o próprio desenvolvimento histórico dessa língua, que se molda em face de variados contatos linguísticos do latim com línguas pré-romanas, germânicas, árabe, grego, entre outras; bem como em face da imposição de modelos e valores morais pautados, fundamentalmente, em duas tradições religiosas: o cristianismo e o judaísmo.

Neste ponto, vale destacar que desde a origem da língua portuguesa o cristianismo exerceu uma influência significativa na forma como organizamos o nosso sistema conceptual e como representamos o mundo e o dele dizemos através da língua. E essa influência, continuou sendo uma das principais forças de pressão sobre o nosso sistema conceptual, afetando os valores, a cultura e a língua no processo de construção da identidade nacional brasileira.

“Embora a pressão cristianizadora para a manutenção dos nomes de sua tradição tenha, a partir de 1889, sofrido certo enfraquecimento, quatro séculos de ampla e geral difusão da antroponímia luso-judaico-cristã se fazem refletir ainda hoje entre os prenomes mais usados no país.” (SOLEDADE, 2024: 258)

A história do cristianismo no Brasil remonta à chegada dos colonizadores portugueses no século XVI que trouxeram consigo o catolicismo romano e se tornou a

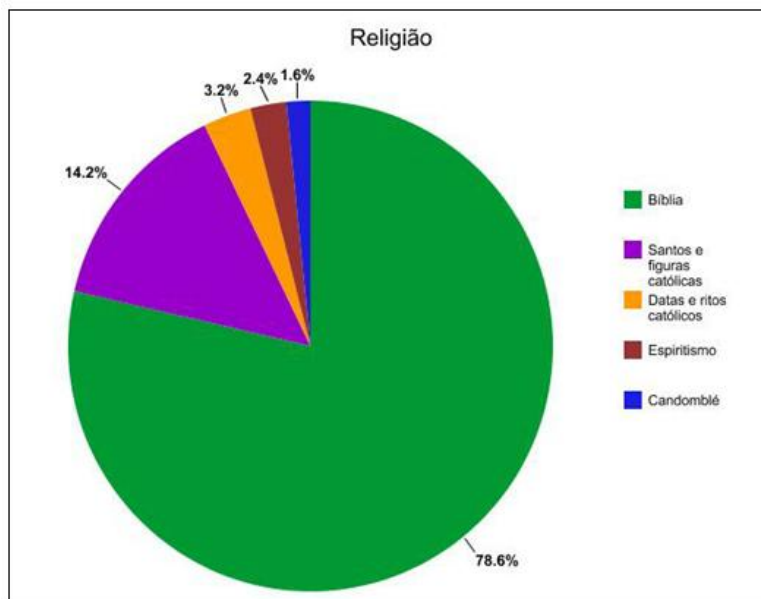
religião oficial do país durante a era colonial. A Igreja Católica desempenhou um papel central na sociedade brasileira por séculos, exercendo grande influência sobre a cultura, a política e a vida cotidiana. Além do catolicismo e do protestantismo, outras formas de cristianismo também estão presentes no Brasil, incluindo a Igreja Ortodoxa, as igrejas anglicanas e diversas denominações menores.

No entanto, é importante notar que o Brasil é um país multicultural e religiosamente diverso, com uma variedade de outras tradições religiosas presentes, como o espiritismo, o judaísmo, as religiões afro-brasileiras (como o candomblé e a umbanda), diversas formas de manifestação da espiritualidade indígena, como xamanismo, dentre outras. Essa diversidade religiosa contribui para a riqueza do cenário religioso brasileiro, onde o cristianismo desempenha um papel central, mas não exclusivo.

Essa diversidade só pode se desenvolver por que desde a constituição de 1891, o Estado brasileiro se autodeterminou como um Estado laico, isso significa que não há uma religião preconizada pelo governo e que Igreja e Estado não devem partilhar funções administrativas e governamentais. Segundo a Constituição Federal deve-se permitir, respeitar, proteger e tratar de forma igual todas as religiões, fés e compreensões filosóficas da vida, inclusive a não religião e as posições que negam a existência de quaisquer divindades ou seres sobrenaturais, como o ateísmo. Assim, aos cidadãos brasileiros é garantido o direito de adotar ou não uma religião, tendo livre escolha para professar a fé segundo suas crenças e dentro do sistema religioso que lhe aprouver.

Sob esse viés da diversidade de religiões praticadas em solo brasileiro é interessante destacar que quando olhamos para a antroponímia, em especial os prenomes, onde há grande liberdade de escolha por parte dos falantes, essa diversidade fica bastante reduzida, como demonstram Coutinho e Soledade (2021, p. 192) que, ao analisarem quase quatro mil respostas acerca das motivações para atribuição dos nomes, vão encontrar uma predominância massiva dos nomes ligados ao cristianismo, em especial ao catolicismo, sendo a maioria dos motivos relacionados a prenomes de uso bíblico, como demonstra o gráfico abaixo:

Figura 01- Motivações religiosas para escolha de nomes



Fonte: Soledade e Coutinho, 2021, p. 192

Verifica-se, assim, que as religiões têm grande influência ainda no contexto sócio histórico e cultural do Brasil implicando diretamente no sistema antroponímico conforme dados do IBGE que serão apresentados nesta dissertação.

Ainda é importante destacar nesse cenário introdutório que o papel das religiões tem sido incrementado nos usos antroponímicos no Brasil, sobretudo com o advento dos movimentos neopentecostais, que tem sido responsável por revitalizar a inserção de nomes bíblicos, uma vez que esses nomes passam a ser mais frequentes para denominar filhos de cristãos evangélicos.

Considerando todos esses aspectos, a presente dissertação irá se dedicar a observar prenomes de origem hebraica em uso no Brasil e tentar compreender como esses usos são atravessados pelas tradições religiosas judaicas e cristãs. Para o empreendimento desse objetivo, organizamos o presente estudo em quatro seções: a primeira em que apresentamos o percurso metodológico escolhido; a segunda em que abordamos alguns conceitos básicos para a compreensão do fenômeno estudado, como; o papel da antroponímia no contexto sócio histórico, a difusão do cristianismo e a inserção da comunidade judaica no Brasil; a terceira seção dedicada à análise dos dados coletados e o confronto com informações de uso no Brasil; por fim, na última seção resumimos o que foi apresentado e concluímos o nosso estudo apontando para possibilidades de investigação que esse estudo deixa em aberto.

Dessa maneira, esta pesquisa busca não apenas mapear a presença de nomes hebraicos no Brasil, mas também compreender como fatores históricos, religiosos e sociais influenciam essa distribuição. A análise dos dados coletados permitirá verificar se há variações significativas nos padrões de nomeação conforme a região, a religião e o contexto histórico, contribuindo para um entendimento mais amplo da relação entre antroponímia e identidade cultural no Brasil.

2 METODOLOGIA

Tendo por base os aspectos inicialmente destacados, é preciso apontar que este estudo traz, em sua abordagem teórica, os pressupostos da linguística sócio histórica para amparar a análise de dados levantados. Isso quer dizer que os aspectos linguísticos relacionados aos usos de antropônimos de origem hebraica no Brasil serão observados não apenas tomando-se como relevantes os fatores de ordem intralinguística, mas também os fatores de ordem extralinguística que apontam para os movimentos populacionais, para os aspectos e valores culturais e para as relações e avaliações sociais que os prenomes recebem segundo os falantes brasileiros.

Acerca da delimitação metodológica, essencial destacar impasse encontrado sobre a forma de determinar os nomes judaicos que são encontrados no Brasil para avaliar a difusão e caminhos que a história percorreu no Brasil para que fossem ainda identificados ou não como da cultura judaica.

Optou-se, assim pela realização de um recorte de prenomes de origem hebraica, língua de origem dos prenomes judaicos a princípio. A intenção de compilar um corpus com raízes hebraicas foi de investigar se esses prenomes são utilizados no Brasil, levando em conta as influências das comunidades judaicas na cultura nacional e de que maneira isso se manifesta na escolha de nomes próprios provenientes do judaísmo dentro do contexto onomástico brasileiro.

Realizou-se um levantamento de prenomes hebraicos coletados no site *Behind the Name* e foi alcançado um total de 600 prenomes. Deste número, apenas 224 encontram registros no Brasil, com base no site do IBGE Nomes do Brasil, e que foram utilizados nas pesquisas as quais serão detalhadas a eito. Acerca dos dados da pesquisa, é importante especificar de quais fontes e plataformas foram colhidos e como foram examinados.

1. *Site Behind The Name* <https://www.behindthename.com/names/usage/hebrew>, no qual foi buscada a base dos dados de nomes contendo 600 nomes de origem hebraica;
2. *Site IBGE* <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/137#resultado>, sobre os dados das religiões no Brasil;
3. *Site IBGE Nomes do Brasil* <https://censo2010.ibge.gov.br/nomes/#/search> que contém frequência de uso dos nomes no território brasileiro e

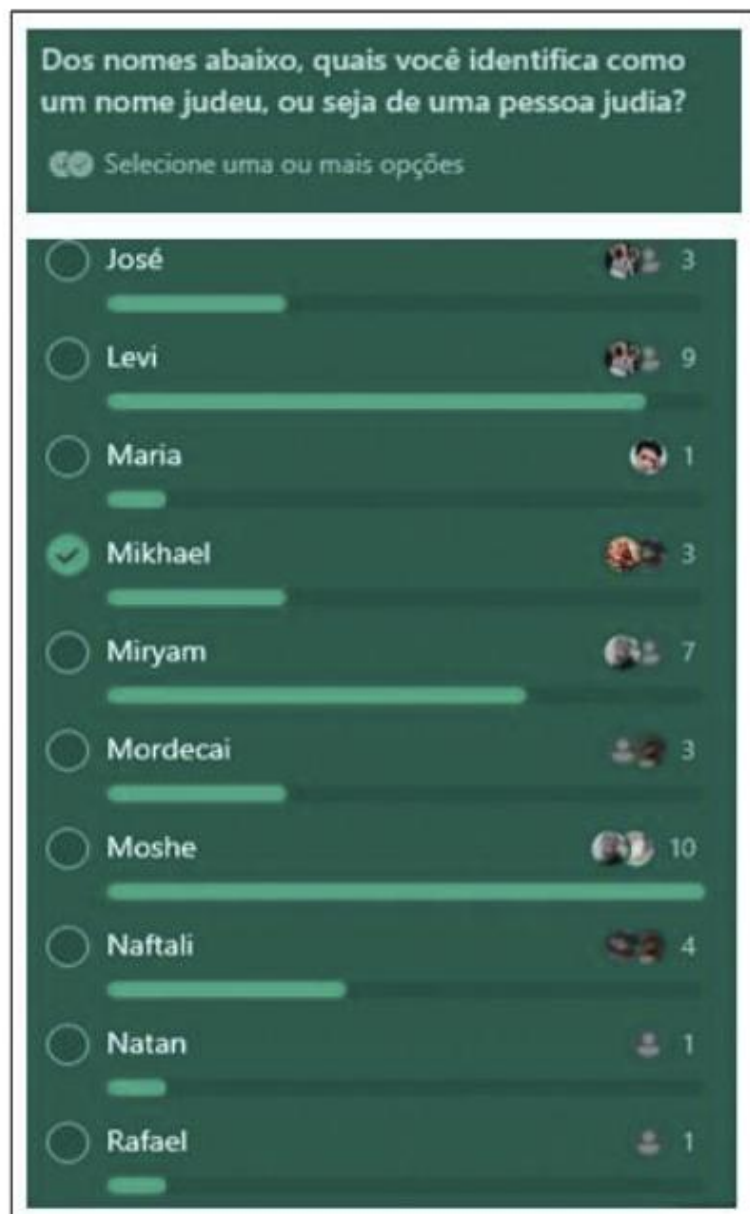
Para além do levantamento desses prenomes, foi feita uma pesquisa através da plataforma *Google Forms*. Nesta enquete, respondida por 39 brasileiros residentes no país, com idades entre 30 e 80 anos, foram apresentados 46 prenomes (de origem hebraica, que não estivessem claramente ligados ao catolicismo) sobre os quais os entrevistados foram solicitados a julgar se os identificavam com a cultura/religião judaica. Com esse recorte, pretendemos mapear algum sentimento/percepção dos falantes acerca de prenomes vinculados à tradição judaica.

O site *Behind the Name* se destacou por sua abrangente base de dados sobre a origem e evolução dos nomes. A possibilidade de filtrar as buscas por língua de origem foi fundamental para este estudo, uma vez que permitiu um aprofundamento etimológico mais preciso. A plataforma também disponibiliza informações sobre a árvore genealógica dos nomes e suas variações em diferentes idiomas, o que se mostrou valioso para a validação dos dados. A etimologia dos nomes analisados nesta pesquisa foi verificada através de uma amostragem, confrontando os resultados obtidos no *Behind the Name* com as informações oferecidas pelo Dicionário de José Pedro Machado.

Ainda sobre a metodologia, importante destacar que faremos uso dos dados da pesquisa empreendida por Soledade e Azevedo Mendes em seu *artigo Um retrato da antroponímia judaica no Brasil: o que não revelam dados censitários?* publicado em 2023.

Neste estudo, as autoras selecionaram 47 dos 224 prenomes coletados no site *Behind the Name* para investigar como falantes da língua portuguesa identificam esses nomes como sendo de origem judaica. Para isso, foi elaborada a seguinte pergunta: “Dos nomes abaixo, quais você identifica como um nome judeu? Ou seja, de uma pessoa judia?”. A pergunta foi disponibilizada por meio de enquetes em dois grupos do WhatsApp, permitindo que os participantes selecionassem mais de uma opção, conforme ilustrado na imagem abaixo:

Figura 02- Enquete sobre a avaliação de nomes de origem hebraica



Fonte: Soledade e Azevedo Mendes, 2023, p.

Essas enquetes foram disponibilizadas em dois grupos de WhatsApp que eram compostos por estudantes do curso de Letras da Universidade Federal da Bahia; no primeiro grupo as autoras conseguiram a colaboração de 37 informantes e no segundo de apenas 10 informantes. Com base nessas respostas dadas entre os dias 28 e 29 de agosto de 2023, estabeleceram um recorte metodológico em que se atribuiu uma feição judaica a prenomes que tenham sido apontados como tal por 50% ou mais dos informantes, sendo, portanto, considerados de feição judaico-cristã aqueles que tenham sido

identificados como judaicos por 49,9% ou menos do total de informantes. Dessa pesquisa obteve-se o seguinte resultado:

Figura 03- Tabela de avaliação dos nomes hebraicos

Nome	Grupo 01	Total em porcentagem
Aaron / Aharon	27/47	57.4%
Abraham/ Avraham	44/47	93.6%
Amós	38/47	80.8%
Ana	05/47	10.6%
Asaf	37/47	78.7%
Avner	38/47	80.8%
Daniel	10/47	21.2%
Davi/ David	20/47	42.5%
Devora	30/47	63.8%
Efraim/ Ephraim	47/47	100%
Eliezer	28/47	59.5%
Ester/ Esther	10/47	21.2%
Ezra	29/47	61.7%
Gavriel	28/47	59.5%
Gideon	30/47	63.8%
Hadassa/Hadasa/ Hadassah	29/47	61.7%
Hannah	35/47	74.4%
Iosef	47/47	100%
Isaac	47/47	100%
Israel	20/47	42.5%
Jacob	28/47	59.5%
Jesus	03/47	6.3%
João	01/47	2.1%
Jonas	17/47	36.1%
José	03/47	6.3%
Levi	27/47	57.4%
Maria	03/47	6.3%
Mikhael	40/47	85.1%
Miryam	32/47	68%
Mordecai	29/47	61.7%
Moshe	45/47	95.7%
Naftali	40/47	85.1%
Natan / Nathan	28/47	59.5%
Rafael	07/47	14.8%
Raquel /Rachel	10/47	21.2%
Reuben	31/47	65.9%
Rute / Ruth	16/47	34%
Samuel	20/47	42.5%
Sara/ Sarah	15/47	31.9%
Saul	35/47	74.4%
Shalom	45/47	95.7%
Shlomo	46/47	97.8%
Uriel	28/47	59.5%
Yael	29/47	61.7%
Yeshua	44/47	93.6%
Yoham	47/47	100%
Yonatan	30/47	63.8%

Fonte: Soledade e Azevedo Mendes, 2023, p.

Nessa tabela, as autoras demarcaram com sombreamento aqueles prenomes que obtiveram respostas positivas por menos de 50% dos informantes, de modo que dois

conjuntos de dados foram constituídos, o primeiro com 20 prenomes de feição judaico-cristã e o segundo com 27 prenomes cuja feição aponta de forma mais evidente para uma vinculação à comunidade judaica.

Cabe esclarecer que a escolha por essa metodologia ocorreu porque, inicialmente, havia a intenção de entrevistar membros da Associação Cultural Israelita de Brasília (ACIB). O contato foi estabelecido, e a equipe da associação demonstrou disponibilidade para colaborar com o envio do questionário. Diante disso, uma carta de apresentação foi encaminhada à instituição. No entanto, durante o processo de comunicação, eclodiu o conflito entre Israel e Palestina, o que resultou na interrupção do retorno por parte da Associação. Diante desse impasse, optou-se por prosseguir com a pesquisa sem investigar a tradição/religião dos participantes ou sua possível vinculação a alguma instituição religiosa.

Em síntese, esta dissertação tem como foco a antroponímia, com ênfase nos prenomes (primeiro nome, nome de batismo ou de registro), visando compreender a influência das religiões católica e judaica na escolha dos nomes próprios utilizados no Brasil. Para tanto, toma-se como parâmetro básico a etimologia, considerando que todos os prenomes analisados têm origem primitiva no hebraico. Com o auxílio de dados históricos, busca-se compreender como esses prenomes são inseridos, acolhidos, utilizados, introduzidos ou reintroduzidos na designação de pessoas no território brasileiro.

3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

3.1 ANTROPONÍMIA

Os nomes próprios, objeto da ciência denominada Onomástica, compõem uma classe notavelmente diversificada de itens nominais, o que levou a várias tentativas de classificação. São comumente reconhecidos como nomes próprios os antropônimos (nomes de pessoas), topônimos (nomes de lugares), como bem coloca Aparecida Negri Isquendo:

“A onomástica é a área de conhecimento que estuda os nomes próprios em geral, nas suas dimensões mais profundas (aspectos linguístico-etimológicos, antropológicos, sócio-históricos, geográficos...), examinando o processo de denominação em diferentes épocas e localidades por meio de suas grandes áreas de investigação.” (ISQUERDO, 2020:10)

A antroponímia, ciência que estuda os nomes próprios de pessoa, é foco do nosso estudo. Na obra *Antroponímia Portuguesa*, de Leite de Vasconcelos (1928), não só dá nome ao objeto de estudo, fazendo uso pela primeira vez do termo antroponímia, como também oferece alguma informação sobre as diversas concepções do vocábulo *nome*: a) o nome de batismo ou de registro (também nome de pia); b) o nome completo; c) qualquer um dos elementos de um nome de pessoa; d) a alcunha (VASCONCELOS, 1928, p. 8). Dessa explicitação do autor, subentende-se que o termo *nome* é entendido na sua obra como sinônimos de nome próprio de pessoa, compreendendo os diversos tipos de antropônimos de que se pode fazer uso.

A tipologia dos antropônimos é um tema bastante extenso e que gera ainda muitos debates. Leite de Vasconcelos embora ofereça uma proposta tipológica, relata, já naquela época, a existência de conceitos e termos variáveis, tanto entre estudiosos quanto entre leigos. A falta de uniformidade nos termos associados à antroponímia ainda persiste no português brasileiro, especialmente quando contrastamos sua utilização em obras lexicográficas com documentos legais que tratam dos nomes próprios. Assim, embora seja tema de grande relevância para os estudos dos antropônimos, a tipologia não será focalizada de forma mais profunda nesse estudo, que se dedicará a um tipo específico de antropônimo que são os prenomes, sobre os quais nos deteremos mais adiante.

A antroponímia, conforme relatado, é um ramo da linguística que se dedica ao estudo dos nomes próprios de pessoas, suas origens, evoluções e usos em diferentes culturas e idiomas. Isso inclui a análise de nomes próprios como objetos linguísticos, bem como a investigação de suas funções sociais, culturais e históricas.

O objetivo principal da antroponímia é descrever, classificar e explicar os nomes próprios de pessoas, considerando sua formação e variação ao longo do tempo e do espaço. Isso pode incluir o estudo da etimologia, morfologia e semântica dos nomes, bem como a análise de padrões de uso e difusão geográfica.

A antroponímia pode, outrossim, se preocupar com a função social dos nomes próprios, como sua relação com a identidade e a construção de laços sociais examinando como estes refletem e influenciam as normas e valores de uma sociedade, conforme relata ISQUERDO (2020:10):

Em síntese, o nome próprio, de pessoa ou de lugar, registra e perpetua crenças e valores, procedências de grupos sociais e, por extensão, da sociedade em diferentes momentos de sua história com suas ideologias, devoções, motivações e também seus modismos e valores.

Ou seja, é um campo interdisciplinar que envolve áreas como a linguística, a história, a antropologia, a sociologia entre outras. É uma área de estudo importante para entender como os nomes próprios de pessoas são usados e interpretados em diferentes contextos culturais e linguísticos.

Acerca da origem dos antropônimos como fenômeno linguístico nas línguas naturais, Soledade (2024) afirma que:

Remonta a tempos imemoriais a atribuição de um nome próprio a um indivíduo. É pacífico afirmar que, como categoria universal, os antropônimos se inserem em diferentes línguas ao redor do mundo, sendo portadores de informações de natureza linguística, social, histórica e cultural e, muito provavelmente, podemos admitir que o surgimento dos antropônimos esteja associado aos momentos iniciais da formação das línguas humanas. (Soledade, 2024, p. 170)

Nos usos iniciais, os antropônimos, muito provavelmente, tinham relação com nomes comuns, como demonstram sistemas linguísticos antigos como o caso do germânico em que a etimologia para o antropônimo *Adalberto* aponta para junção de dois nomes comuns, no caso dois adjetivos: “Nome de homem. Do germânico *adal*, **nobre**, al. mod. *edel*, e *berth*, no ant. alto al. **brilhante, ilustre**; ilustre por sua nobreza” (Nascentes, 1952, p. 4).

Alguns sistemas linguísticos ainda mantém uma estreita relação entre nomes comuns e nomes próprios de pessoa, com é o caso do Mandarim, na China os nomes escolhidos pelos pais ainda são motivados pelo significado do nome comum, ou seja, se originam diretamente destes; sendo comum que nomes femininos tenham origem em termos relacionados à flora e à beleza, enquanto nomes masculinos podem ter relação com expressões de poder e força.

Contudo, esse não é padrão da maioria das línguas nacionais em uso no ocidente. Tomando os casos das cinco línguas com maior número de falantes do lado oeste do globo: inglês, espanhol, francês, português e alemão; podemos dizer que, embora o uso de nomes comuns para fins antroponímicos ainda persista em todas elas (ing. *Sunshine* ‘pôr-do-sol’; esp. *Dolores* ‘dores’; fr. *Océane* ‘oceano’; port. *Brisa* ‘vento leve’; al. *Seestern* ‘estrela-do-mar’), esse não é o padrão dos usos antroponímicos. Nessas línguas, assim como na grande maioria das línguas nacionais do mundo, o que se observa é que há um rol numeroso de nomes que funcionam como prenomes e que já estão fixados na norma linguística como nome de pessoa. Esses antropônimos, que em algum momento passado tiveram um significado lexical tendo uso como nome comum, ao longo do tempo

perderam a capacidade de significar a coisa, hoje *Adalberto* só será ‘*nobre + brilhante*’ para quem consultar o significado etimológico do nome.

A este respeito, é comum que os autores que estudam a antroponímia falem que, olhando da perspectiva diacrônica, os nomes próprios sofrem um esvaziamento semântico, uma vez que perdem a capacidade de acionar o significado ao qual, originariamente, dava acesso. Significado esse que, na grande maioria dos casos, só pode ser recuperado através de uma pesquisa acerca da sua etimologia.

Entretanto, quando falamos dos nomes próprios de pessoa é pouco provável que possamos assumir que eles não significam nada, uma vez que sons aleatórios não significativos não são usados como forma de comunicação. Assim, um nome próprio de pessoa pode significar o referente, do ponto de vista discursivo, como pode carregar consigo, do ponto de vista da língua uma série de informações relacionadas ao contexto cultural e sócio histórico, seja motivado pela religião (*Iemanjá*), seja motivado por um evento histórico (*Armstrong*), seja por um fenômeno cultural (*Waldisney*), entre outros.

Sobre um antropônimo recaem uma série de valores culturais que de alguma forma fazem parte do que o nome pode significar. Assim, *Hermengarda* e *Sebastião* são categorizados como nomes de velhos, enquanto *Enzo* e *Maitê* nomes de jovens; por sua vez *Don* e *Amelie* são avaliados como nomes de ricos enquanto *Marinalva* e *Josenildo* nomes de pobres.

Saussure, no *Curso de Linguística Geral*, quando critica a teoria referencialista do significado, traz à tona este aspecto do esvaziamento das palavras sob outro ponto de vista, o qual não possui essa ligação direta (nome > significado), mas que abrange um grande sistema interno e que pode envolver vários outros significados não se limitando apenas à etimologia, mas, que em contraste com outros nomes, e à medida do tempo, pode e ocasiona em outros significados:

“Saussure criticara a teoria referencialista do significado, segundo a qual uma palavra remeteria àquilo que ela designa de modo direto, como se houvesse uma ligação direta entre as palavras e às coisas. Defensor de um ponto de vista não referencialista, o linguista defendia, então, que a língua não é uma nomenclatura, mas sim um sistema de signos cujo significado surge internamente, de um lado, e psicologicamente, de outro. Assim, um signo une a imagem acústica – resultante da interpretação dos sons da língua como fonemas – e uma representação conceitual – que é mental, psicológica, - cuja conceptualização se torna precisa pelo valor do signo em contraste com outros e não por uma palavra e uma coisa por ela designada (SAUSSURE, 1973 [1916])”. (AMARAL e SEIDE, 2020: 164)

Os nomes próprios podem revelar, como consequência, significados e referências diversas seja com traços culturais, pois muitas vezes são escolhidos com base em tradições, ou costumes e valores de uma determinada cultura ou sociedade. Abaixo estão alguns exemplos, não sendo propósito de classificar nesta dissertação, das características que podem evidenciar estes traços culturais alcançados na avaliação desta pesquisadora:

- Nomes que refletem a religião: muitos nomes próprios são escolhidos com base em tradições religiosas como os que serão abordados neste trabalho ou, como na cultura do Brasil, que nomes de santos são amplamente escolhidos por católicos por ser a religião mais difundida no país, entre outros. Exemplo: *Maria, João, Isaac* etc.
- Nomes que refletem a história: Muitos nomes próprios são inspirados em figuras históricas ou mitológicas que são importantes para uma determinada cultura ou sociedade. Por exemplo, nomes de líderes políticos, artistas ou escritores famosos, ou ainda nomes de personagens de mitos e lendas locais. Exemplo: Tarsila (inspirado na artista plástica Tarsila do Amaral, que, antes da Semana de Arte Moderna em 1922 e, de acordo com o site do IBGE “Nomes do Brasil, antes de 1930 tinha a frequência registrada de 29 nomes e, após 1930, começou a aumentar, tendo um vertiginoso aumento após a década de 70:

Figura 04- Dados do censo 2010 acerca do nome *Tarsila*



Fonte: Site IBGE Nomes do Brasil <https://censo2010.ibge.gov.br/nomes/#/search>

- Nomes que refletem a natureza: em muitas culturas, os nomes próprios são escolhidos com base em elementos da natureza, como plantas, animais ou fenômenos naturais. Esses nomes podem refletir a relação da cultura com o meio ambiente ou a importância da natureza na vida das pessoas. Em busca realizada no site do IBGE Nomes do Brasil, por exemplo, verifica-se a existência do nome “Amazônia”, mesmo que com uma frequência de apenas 45 pessoas e outros nomes como *Flor*, *Sol*, *Lua*, entre outros.
- Nomes que refletem valores: alguns nomes próprios são escolhidos com base em valores ou virtudes que são importantes para uma determinada cultura ou sociedade, como nomes que possuem significados de "vitória", "sabedoria", “amor” e "coragem", entre outros. Exemplo: *Amoroso*, *Gentil*, *Virtuoso* etc. Comumente difundido, por exemplo, é o prenome Sofia vinculado ao seu sentido etimológico: ‘sabedoria’, no entanto, a popularidade do nome no Brasil pode ser relacionada ao advento do lançamento do livro *best-seller*, *O mundo de Sofia*, escrito por Jostein Gaarder, publicado em 1991, pois teve um aumento vertiginoso nesta década como mostra o quadro a seguir do IBGE:

Figura 05- Dados do censo 2010 acerca do nome *Sofia*



Fonte: Site IBGE Nomes do Brasil <https://censo2010.ibge.gov.br/nomes/#/search>

- Nomes que refletem a língua ou a região: em algumas culturas, os nomes próprios podem refletir a língua ou a região de origem da pessoa, por exemplo,

nomes que são comuns em uma determinada região geográfica, ou ainda nomes que são próprios de uma língua/cultura específica, como os nomes próprios em algumas comunidades indígenas no Brasil que possuem especificidades de acordo com etnia. Exemplo: Iara e Ubirajara que são vinculados à cultura indígena do Brasil.

Assim sendo, os prenomes podem ser considerados como um elemento relevante dentro de identidade nacional de um povo, tendo em consideração que refletem os aspectos como alguns dos listados acima da cultura. Uma classificação, entretanto, não é excludente de outra, bem como, podem ser complementares. Por exemplo, o nome Sofia que, de acordo com Machado (2003,1360): no grego, *sophía*, << ciência, sabedoria >>. Pelo latim *Sophia*, já como antropônimo da esposa do bizantino Justino II, imperador do Oriente, falecido em 578 e de uma Santa Romana do séc. II. Machado ainda aborda, em seguida, uma possibilidade para a difusão deste antropônimo atribuído ao nome da famosa Catedral de Santa Sofia, em Constantinopla, sem que essa denominação seja homenagem a qualquer santa deste nome, mas sim à *Santa Sabedoria*. (= Sofia) *Divina*. Já, como demonstramos acima, o crescimento do uso deste prenome, na década de 90, no Brasil, pode ser, possivelmente, associado à repercussão da publicação do livro. Ou seja, este nome pode ser vinculado tanto à cultura como à valores.

A onomástica, quando analisada sistematicamente, pode nos fornecer um amplo arcabouço histórico e cultural, bem como, de fatores linguísticos que sofrem influência dos dois primeiros seja diacronicamente ou sincronicamente, conforme Carvalhinhos (2007:17) relata:

“o nome de pessoa – seja ele aplicado a uma pessoa a uma entidade que representa uma pessoa (...) – é um manancial rico para conhecimento não apenas da língua, mas também permite apreender um pouco da cultura, religião e até ideologia do povo que o criou em determinada época, uma vez que a língua mantém intactos nos nomes de pessoas as partículas mínimas de significação (semas), preservando os já mencionados aspectos ideológicos, de fé ou simplesmente contando a história da denominação humana como vimos; aspectos que são passíveis de reconstituição por meio da ciência onomástica em sua vertente antroponímica.”

Desse modo, não há como negar que, ao buscar estudar a antroponímia de origem hebraica em uso no Brasil, se faz necessário o debruçar-se sobre as questões de ordem sócio histórica afim de compreender o porquê dos usos se darem no Brasil da forma que se dão.

3.2 JUDEUS NO BRASIL

Quando apontamos a necessidade de se investigar aspectos sócio-históricos relacionados à formação da antroponímia brasileira, em especial os prenomes de origem hebraica, não podemos nos furtar de olhar para a trajetória dos judeus no Brasil.

A presença judia em território brasileiro já se inicia no século XVI, pois, segundo Grinberg, tem relação com os eventos ocorridos na Espanha em 1492, como dissemos anteriormente, “quando os Reis Católicos, depois de anos de perseguição do Tribunal de Inquisição, assinaram o decreto de expulsão da Espanha de todos aqueles judeus que não haviam se convertido ao cristianismo.” (GRINBERG, 2000: 123)

Em Portugal, no ano de 1497, os judeus foram obrigados a converter-se ao catolicismo, os chamados cristãos-novos. Durante o processo de colonização, vieram em maior quantidade ao Brasil nas embarcações lusitanas, inclusive, na própria tripulação de Cabral:

“(…) Gaspar da Gama, judeu de nascimento, convertido ao cristianismo por Vasco da Gama depois de ter passado pela Turquia, por Meca e de ter sido aprisionado na Índia. Como falava muitas línguas, ele foi incorporado como intérprete, perito e conselheiro de Pedro Álvares Cabral, e consta que teria sido, junto com Nicolau Coelho, um dos primeiros a desembarcar em território brasileiro, com a missão de tentar entender o idioma falado pelos indígenas.” (GRINBERG, 2000: 126)

Entretanto, as motivações para a migração judaica para o Brasil precedem a vinda das embarcações de Pedro Álvares Cabral:

“(…) A trajetória dos judeus no Brasil começa antes mesmo da chegada da frota de Cabral: tem início no final do século XV, quando os judeus espanhóis e portugueses foram obrigados a se converterem ao cristianismo, sob pena de serem expulsos de seus respectivos países.” (GRINBERG, 2000: 124)

A comunidade judaica começa a ter, assim, uma presença significativa no Brasil quando os primeiros judeus chegaram ao país como conversos ao cristianismo ou como fugitivos da Inquisição na Europa. A presença judaica se tornou mais expressiva a partir do século XIX, com a chegada de imigrantes judeus vindos principalmente da Europa Central e Oriental e, ao longo do tempo, a comunidade judaica brasileira se diversificou e se tornou mais plural, abrangendo judeus de diferentes origens étnicas e culturais.

“Inúmeras foram as razões que levaram os judeus a buscarem refúgio nas Américas: antissemitismo cada vez mais latente na Europa, a fuga do serviço militar, a pobreza ou a esperança de fazerem fortuna rápida” (CARNEIRO, 2013, p. 43). As crises

decorrentes do fim do Império Czarista, da Guerra Franco-Prussiana, da Revolução Bolchevique e da desintegração do Império Austro-Húngaro também contam entre os motivos para emigrar.

De acordo com Falbel (2008), no Brasil, é importante destacar que, até o momento, não existe, ao que tudo indica, uma periodização da história dos judeus que torne o estudo desse tema mais acessível e organizado. A única iniciativa nesse sentido, a que tivemos acesso, foi realizada pelo historiador Salomão Serebrenick, resumido conforme abaixo por Falbel (2008), apresentou uma proposta de divisão:

1. 1500-1570 **Fase pacífica de crescente imigração** e de ampla integração dos judeus na vida econômica do país, compreendendo os três subperíodos:
 - a. Primeiras explorações (1501-1515);
 - b. Primeira colonização (1515-1530);
 - c. Colonização sistemática (1530-1570).
2. 1570-1630 **Fase tumultuária**, caracterizada pelo surgimento de discriminações antijudaicas.
3. 1630-1654 **Período de Exuberante Desenvolvimento**, sob o domínio holandês, verdadeiro apogeu da organização coletiva dos judeus no Brasil.
4. 1654-1700 Período pós-holandês, **Fase Crítica** na vida dos judeus brasileiros, compreendendo êxodo em massa, desagregação da comunidade, dispersão e final acomodação local.
5. 1700-1770 Período das **Grandes Perseguições** promovidas pela Inquisição portuguesa.
6. 1770-1824 Período de **Liberalização** progressiva, queda da imigração judaica e gradual assimilação dos judeus.
7. 1824-1855 Fase da **Assimilação Profunda**, subsequente à cessação completa da imigração judaica homogênea e à igualização total entre judeus e cristãos perante à lei.
8. 1835-1900 **Pré-imigratório moderno**, caracterizado pelas primeiras levadas de imigrantes judeus, oriundos sucessivamente da África do Norte, da Europa Ocidental, do Oriente Próximo e mesmo da Europa Oriental, precursores das correntes caudalosas que, nas primeiras décadas do século XX, viriam a moldar a atual coletividade israelita no Brasil. (Falbel, 2008, p. 23)

É importante destacar que fazia parte da política colonizadora não inspecionar algumas situações dos cidadãos transgressores perseguidos pela justiça e deixar que optassem por ir ao Brasil para escapar de sentenças. Os cristãos-novos, neste momento em que viviam uma perseguição, sentiram-se, assim, à vontade para judaizar a colônia durante a Inquisição continental. Ainda, segundo Falbel (2008: 139,140), houve a contradição de serem importantes economicamente fazendo com que o cenário fosse mudando:

Já nesse tempo o número de cristãos-novos no Brasil era significativo, pois, a partir de 1536, quando se decidiu a instalação do Santo Ofício em Portugal, estes procuraram terras mais longínquas, isto é, colônia de ultramar, assim como países europeus e outros continentes que os acolhessem, num verdadeiro êxodo que irá alterar a história da diáspora judaica desde a destruição do

Segundo Templo de Jerusalém.(...) Por vezes, a saída do reino lhes era vedada, já que eles constituíam-se num fator importante da economia e da sociedade portuguesa, e isso tornar-se-á mais patente no início do século XVII, quando terão que comprar sua licença para sair livremente de Portugal, ou quando terão de obter outras mercês como o perdão geral que lhes outorgou Clemente VIII, em 1604.

Passando para outro período, a assimilação dos judeus no Brasil, de acordo com Cytrynowycz (2002), entretanto, não é tão fatigante quando se aborda uma visão diferente daquela comumente trazida acerca da perseguição à comunidade judaica na época do Estado-Novo. Considera o autor que, como grupo, os judeus não enfrentaram uma perseguição específica, mas sim as mesmas restrições e proibições que outros grupos imigrantes, como a proibição de falar, ensinar ou publicar jornais em línguas consideradas 'estrangeiras'. Os judeus-alemães também não foram exceção quando o governo brasileiro impôs limitações aos cidadãos alemães no país, tratando-os como inimigos do Eixo. Diante disso, eles conseguiram se adaptar às imposições e as instituições judaicas desenvolveram estratégias sutis e sofisticadas para lidar com as restrições e as medidas de nacionalização.

É amplamente discutido o tema das restrições à imigração durante o período do Estado Novo, que alimentou a ideia de um Brasil antissemita. Por outro lado, o Brasil manifesto como democrático do pós-guerra que se apresentou como isento, também mostrava resistência em acolher judeus.

De acordo com Milgram (2021),

Evitar que viessem judeus ao Brasil era consensual no Itamaraty, no governo e em geral nas classes dirigentes do Brasil da segunda metade dos anos 1930. Essa postura seguiu vigente após a guerra, porém sem aquela visão maniqueísta antissemita predominante no Estado Novo. O ódio ao judeu amainou; preconceitos negativos tais como “semitas”, “perigosos”, “cosmopolitas”, “comunistas” e “indesejáveis”, tão em voga naqueles anos, caíram em desuso, salvo o pejorativo “inassimilável”, que, diversamente dos mencionados acima, era preconceituoso, mas não causava temor.

A delegação de seleção de DP² sob a chefia de Neiva³ também declarava “sistematicamente que o Brasil não tem preconceitos de raça nem de religião”, sendo o critério para seleção obter agricultores, operários e técnicos especializados para a indústria” – “esta declaração, na prática, exclui os judeus”, observou Neiva. O discurso que negava a discriminação de raça e religião foi substituído pela retórica da apreciação econômica e social como critério de seleção. Valor econômico referia-se aos agricultores e técnicos

² Deslocados (em inglês, *displaced persons*, DP) são pessoas forçadas a sair de suas casas ou lugar de residência habitual, fenômeno conhecido como migração forçada.

³ Artur Hehl Neiva (Salvador, 22 de março de 1880 – Rio de Janeiro, 6 de junho de 1943) foi um cientista, etnógrafo e político brasileiro. Participou da Assembleia Nacional Constituinte de 1933, quando, juntamente com os médicos Miguel Couto (eleito pelo Distrito Federal) e Antônio Xavier de Oliveira (eleito pelo Ceará), defendeu "teses científicas" de darwinismo social e de eugenia racial, que propunham a necessidade do "branqueamento" da população brasileira e pediam o fim da imigração dos "degenerados".

industriais, e valor social, àqueles com “afinidades espirituais e étnicas com o povo brasileiro que favorecem a integração rápida ao meio que os recebe”. (Milgram, 2021, p. 221)

À medida que as políticas imigratórias iam amenizando e os judeus se estabelecendo nos estados brasileiros, comunidades iam se formando mais amplamente.

Há estudos que relatam a forma de adaptação das comunidades judaicas no Brasil das mais variadas maneiras, como é o caso na cidade de Nilópolis no Rio de Janeiro em que judeus, na sua maioria vindos da Polônia, estabeleceram uma sinagoga na Rua Mena, onde ficou conhecida como rua dos judeus, pois, além da concentração religiosa, tinha como palco as ações e identidades ali postas formatando o espaço num território cultural. A Sinagoga Tiferet Israel, em Nilópolis, foi construída nos anos de 1928 e tombada pelo município em 1999, como patrimônio cultural a qual foi abandonada por movimentos de diáspora da própria comunidade ali existente em um movimento natural de acordo com Angelo (2020, p. 10): “Os judeus mais idosos, ou morreram ou foram atrás dos filhos no Rio de Janeiro.”

Ao que se indica, em cada cidade brasileira, os judeus iam se organizando, à primeira instância, de modo a suprir suas necessidades básicas e, depois começaram a se organizar no sentido de manter sua cultura e religião, conforme relata Oliveira (2022: 151) como ocorreu em São Paulo:

No interior de São Paulo, por iniciativa do governo do estado, foi instalada nas terras da antiga Fazenda Pombal entre os anos de 1904-1905 uma colônia agrícola para abrigar os judeus letões, russos e ucranianos. O projeto estava nas mãos do médico Carlos José de Arruda Botelho, na época, secretário da fazenda do estado. A imigração subsidiada tinha em vista acomodar os imigrantes por etnia, em núcleos agrícolas localizados próximos à Estrada de Ferro. Aproximadamente quatrocentos judeus foram instalados nos núcleos de Nova Odessa e Campos Sales, mas a grande maioria não possuía qualquer familiaridade com o trabalho rural, o que os levou a abandonar as terras da colônia.

Alguns anos após sua chegada, foram em direção aos grandes centros em busca de oportunidades mais promissoras. Entre os destinos mais populares estão Porto Alegre, Rio de Janeiro e São Paulo.

A respeito da maior integração dos judeus nos centros urbanos, Soledade e de Azevedo Mendes (2023) trazem que:

Os registros acerca das comunidades judaicas na antiguidade já dão conta de que elas se organizavam em núcleos urbanos, onde poderiam desenvolver com maior facilidade relações comerciais, que são tidas como vocacionais e quase

endêmicas entre as comunidades judaicas pelo mundo. De toda maneira, podemos afirmar, com Decol (2001) que os judeus estiveram quase sempre, e em grande maioria, no ambiente mais urbano possível em cada tempo e local histórico onde se fizeram presentes. A partir do segundo quartel do século XX (após 1920), quando um número mais significativo de judeus começou a chegar aqui, o Brasil iniciava a sua transição de uma nação exclusivamente rural e escravista para uma nação cada vez mais urbana, industrializada e proletariada. Assim, os judeus que aqui aportavam, em sua grande maioria, se direcionavam para grandes centros urbanos, em especial para São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre, mantendo-se, assim, avocação urbana acentuada que essa comunidade fomentou ao longo de sua história. (Soledade e Azevedo Mendes, 2023, p.7)

Ainda de acordo com Oliveira (2021), os judeus que vieram do Oriente Médio, se estabeleceram nos principais centros urbanos no final do século XIX e contribuíram para a criação dos atuais mercados populares, onde vendiam tecidos, vestuário e acessórios.

Os primeiros judeus do Oriente Médio vieram ao Brasil como parte de um fluxo maior - a imigração sírio-libanesa. De forma espontânea chegaram a partir das duas últimas décadas do século XIX, e constituíam-se basicamente de homens que fugiam da violência otomana empreendida contra as minorias étnicas. Fixaram-se, principalmente, nas cidades portuárias de Salvador, Recife, Santos e Rio de Janeiro, onde as mercadorias importadas do Oriente Médio eram encontradas com maior facilidade. Esses imigrantes falando o árabe, enfrentaram grandes dificuldades de adaptação e de relacionamento, mas, ainda assim, atuaram, majoritariamente, no mercado de produtos vendidos à prestação. (Oliveira, 2021, p. 151-152)

Durante o período em que o Rio de Janeiro era capital do Brasil, a cidade era um local em que ocorriam muitas mudanças as quais impactavam todo o país, inclusive no tocante às imigrações, sendo assim ali a fusão entre o tradicional e o contemporâneo, o luxo e a simplicidade em um mesmo cenário. Isso resultou em uma acentuada divisão social nos diferentes bairros. As famílias de menor poder aquisitivo, que foram deslocadas dos antigos cortiços do centro, juntamente com os imigrantes que chegavam, incluindo os judeus que não tinham como arcar com os custos dos novos edifícios. Como consequência, acabaram se estabelecendo nos subúrbios, como Nilópolis, como já mencionado, Cascadura, Madureira e outros, assim como nas áreas centrais da cidade que permaneceram sem reforma, especialmente na Praça Onze. Sobre isso, Malmud explicita as razões que levaram aqueles primeiros judeus a escolherem o Bairro da Praça Onze como um local propício para moradia:

É bem possível que, do ponto de vista comercial, o bairro Praça Onze tivesse então, geograficamente, uma localização privilegiada. Ficava nas proximidades da estação final da estrada de ferro Central do Brasil. [...] a Praça Onze podia ser considerada a porta de acesso à parte central da cidade. (MALAMUD, 1988, p. 13).

Oliveira (2022) traz uma fonte de informação sobre as sinagogas no Brasil, proveniente do “Anuario Estatístico do Brazil” (1908-1912), sendo o primeiro a conter informações sobre o judaísmo no país, que publicou um inventário sobre as sinagogas existentes nesta época.

Figura 06 – Sinagogas no Brasil em 1912

Judaismo Judaïsme I — Synagogas existentes (1912) Synagogues existantes			
SÉDES sièges		SYNAGOGAS SYNAGOGUES	DATA DA FUNDAÇÃO DATE DE LA FONDATION
Estados e Distrito Federal États et District Fédéral	Cidades Villes		
Distrito Federal	Rio de Janeiro	Centro Israelita de Rio de Janeiro . .	1 de Outubro de 1910
		Centro Israelita Marroquino . .	24 de Setembro de 1911
Pará	Belém	Synagoga Dedicação de Abrahão	1889
		Synagoga Porta do Céu . .	1824
Rio Grande do Sul	Passo Fundo	Centro Israelita	1912.
	Porto Alegre	Sociedade União Israelita . .	5 de Outubro de 1910
	Santa Maria da Bocca do Monte	Centro Israelita	1905
	Campinas	Sociedade Israelita	(1)
São Paulo	Franca	Sociedade Israelita	1905 (1)
	São Paulo	Comunidade Israelita	21 de Janeiro de 1912.

Fonte: *Anuario estatístico do Brazil*, 1927, p. 3.

Fonte: Oliveira, 2022, p. 161

Além das sinagogas, os judeus criavam organizações e outras instituições para coadjuvar nesta adaptação e assimilação:

Paralelamente às instituições de ajuda mútua e beneficência de amparo aos imigrantes, as comunidades israelitas fundaram escolas para seus filhos, sociedades culturais, com o objetivo de facilitar a absorção dos recém-chegados e permitir seu enraizamento no solo brasileiro. Ao mesmo tempo, desenvolviam uma atividade cultural intensa, com a formação de bibliotecas, grupos de teatro, clubes literários, fundando, também, os primeiros periódicos, que atraíram poetas, escritores, jornalistas e artistas que passaram a formar a “intelligentsia” local. (FALBEL, 2008, p. 445)

É fundamental destacar ainda, de acordo com Oliveira (2022), que todas as instituições e organizações judaicas estabelecidas no Rio de Janeiro a partir do meio do século XIX foram criadas com o objetivo de preservar os rituais religiosos, a estrutura

familiar, os hábitos alimentares e a língua de um grupo específico, unido por sua origem comum. Em outras palavras, os imigrantes judeus que se estabeleceram no Rio de Janeiro entre 1901 e 1918 estavam muito divididos, com pouco ou nenhum intercâmbio entre eles.

Embora essa forma de agrupamento tenha favorecido a conservação de características étnico-identitárias, também impediu uma maior interação e integração entre os próprios imigrantes judeus. Essa análise do cenário do Rio de Janeiro parece ser aplicável à realidade nacional em geral quando se tratar da incorporação dos judeus à sociedade brasileira.

3.3 CRISTÃOS NO BRASIL

A difusão do Cristianismo em Portugal começou no século II d.C. através durante a romanização da Península Ibérica e continuou com a cristianização oficial durante o período de domínio visigótico.

No século XII, com a fundação do Reino de Portugal, o Cristianismo já estava solidamente enraizado na cultura portuguesa. A Reconquista, que visava a expulsão dos mouros da Península Ibérica, também fortaleceu a influência cristã, consolidando a religião como parte integral da identidade nacional. Durante a Idade Média, o Cristianismo se difundiu ainda mais através de instituições como a Igreja Católica, que teve um papel central na vida social, política e cultural do país, influenciando a construção de catedrais, a fundação de mosteiros e a disseminação de valores e ensinamentos religiosos.

No período dos *Descobrimentos*, a expansão ultramarina portuguesa levou o Cristianismo para além das fronteiras europeias. Os navegadores e missionários portugueses desempenharam um papel crucial na difusão do Cristianismo em novos territórios, como África, Ásia e América do Sul. A fé cristã foi muitas vezes utilizada como uma justificativa para a colonização, com os missionários atuando como instrumentos de evangelização e conversão das populações locais. A ação missionária foi essencial para a criação de uma rede global de comunidades cristãs, influenciando culturas e sociedades ao redor do mundo.

A chegada do cristianismo no Brasil está, pois, intimamente ligada ao processo de colonização pelos portugueses a partir de 1500, pois quando os portugueses chegaram ao

Brasil em 22 de abril de 1500, trouxeram consigo a religião católica, que era a religião oficial de Portugal na época.

A expansão do cristianismo era uma das justificativas para a colonização. Os portugueses viam a conversão dos povos indígenas ao cristianismo como uma missão divina. Os primeiros missionários, principalmente jesuítas, chegaram ao Brasil em 1549, junto com o primeiro governador-geral, Tomé de Sousa.

O papel dos jesuítas foi crucial para a difusão e conservação do Cristianismo no Brasil. Eles chegaram ao território brasileiro em 1549 com a missão de catequizar os indígenas e integrar as novas terras ao império cristão. Os jesuítas estabeleceram colégios e aldeias missionárias, onde ensinavam a doutrina cristã, além dos aldeamentos. Essa atuação educacional e religiosa teve um impacto profundo na formação do Brasil, deixando um legado na história e na identidade do país.

A chegada dos jesuítas no Brasil marcou o início de uma intensa atividade missionária que transformou profundamente as comunidades indígenas. Eles enfrentaram muitos desafios, incluindo a resistência dos povos nativos e as tensões com os colonizadores portugueses, que frequentemente tinham interesses conflitantes. Sua influência se estendeu por séculos, contribuindo significativamente para a moldagem da sociedade brasileira sob vários pontos de vista:

Do ponto de vista dos jesuítas, a destruição da cultura indígena simbolizava o sucesso dos aldeamentos e da política metropolitana inspirada por eles. Os religiosos argumentavam que as aldeias não só protegiam os nativos da escravidão e facilitavam sua conversão, mas também forneciam uma força militar auxiliar para ser usada contra tribos hostis, intrusos estrangeiros e escravos bêbados. Entretanto, os efeitos dessa política eram tão agressivos e aniquiladores da identidade nativa que, não raro, os índios preferiam trabalhar com os colonos, apesar de serem atividades mais rigorosas, pois estes pouco se envolviam com seus valores, deixando-os mais livres. (MultiRio: <https://multirio.rio.rj.gov.br/index.php/historia-do-brasil/america-portuguesa>)

Os jesuítas fundaram missões e colégios, aprendendo as línguas nativas e adaptando-se às culturas locais para facilitar a conversão. Porém, o cristianismo foi imposto aos povos indígenas, muitas vezes de forma coercitiva, como parte do processo de dominação cultural e religiosa, havendo o apagamento da cultura local, com rituais e crenças indígenas sendo frequentemente reprimidos.

A expulsão dos jesuítas de Portugal e suas colônias foi um marco significativo do período pombalino, ocorrendo em 1759. O Marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo, utilizou um atentado à vida do Rei José I como pretexto para consolidar

seu poder e implementar uma série de reformas iluministas. Entre essas medidas, destaca-se a expulsão dos jesuítas, que eram vistos como uma ameaça ao controle do Estado sobre a educação e a religião. O decreto de expulsão declarou os jesuítas "rebeldes, traidores e adversários" do Estado, e ordenou sua remoção de todos os domínios portugueses. Essa ação não só enfraqueceu a influência da Companhia de Jesus, mas também abriu caminho para a criação de novas instituições educacionais sob o controle do governo.

A Igreja Católica continuou muito forte e dominante na colônia e o catolicismo permaneceu como a religião com mais praticantes no Brasil. Sua organização e difusão se deu através das paróquias, que eram/são unidades locais administradas por um pároco ou vigário. As paróquias são a base da estrutura eclesiástica, onde acontecem os sacramentos e a vida comunitária cristã. A origem dessa organização remonta aos primeiros anos da colonização portuguesa, quando os missionários jesuítas e outras ordens religiosas começaram a estabelecer igrejas e capelas pelo território. Essas paróquias eram responsáveis não apenas pela evangelização, mas também pela educação e assistência social. Com o passar dos séculos, a organização da Igreja Católica no Brasil foi se consolidando, dividindo o país em dioceses e arquidioceses, cada uma liderada por um bispo ou arcebispo. Essa estrutura hierárquica permitiu à Igreja Católica manter uma presença sólida e coordenada em todo o país.

A força duradoura do Cristianismo que no início estabelecida pela Igreja Católica, atualmente, tem sido intensificada pela ação de outras denominações cristãs, como a das Igrejas pentecostais e neopenetecostais, estas que chegaram ao Brasil por volta 1910⁴, ocorre no Brasil, pois:

as fronteiras entre religião e política foram precariamente construídas, sem nunca haver sido plenamente demarcadas, embora, em termos normativos, houvesse marcos legais e institucionais, ainda que esporádicos e pontuais. Isto gerou concessões por parte do Estado às religiões majoritárias, que terminaram por conferir legitimidade pública a símbolos religiosos de matriz cristã em espaços por princípio, universais e seculares. CAMURÇA; SILVEIRA e ANDRADE JÚNIOR: 2020, p. 977)

Ao longo dos séculos, o cristianismo, especialmente o catolicismo, tornou-se a religião dominante no Brasil, influenciando profundamente a cultura, a educação e a sociedade. A partir do século XIX, com a chegada de imigrantes europeus e a liberdade

⁴ As duas principais igrejas pentecostais no Brasil são Congregação Cristã no Brasil (CCB), fundada em 1910, e Assembleias de Deus (ADs), fundadas em 1911.

religiosa, outras denominações cristãs, como o protestantismo, começaram a se estabelecer no país.

Hoje, o Brasil é um dos maiores países cristãos do mundo, com uma diversidade de tradições e práticas dentro do cristianismo. A religião atinge, assim, com sua influência, em temáticas que valores sociais e culturais que tangenciam:

Isto se dá porque este cristianismo conservador quer influenciar, e hegemonizar seu controle, a partir de interesses próprios, a agenda das políticas públicas de áreas não-diretamente religiosas autônomas. Ou seja, circunscritos a questões de cunho moral e valores religiosos com reflexos para a família, infância, sexualidade, costumes sociais. CAMURÇA; SILVEIRA e ANDRADE JÚNIOR: 2020, p. 977)

O sistema antroponímico, apesar de, atualmente, não ser objeto de determinação explícita à uma cultura, posto que um prenome pode ser arbitrariamente selecionado, ainda perpassa por esta ligação, de tal forma que o registro civil, historicamente, foi alvo de controle pela Igreja e, atualmente, é regulamentado pelo Estado.

Em Portugal, por exemplo, o registro civil é regulamentado por um instituto público integrado na administração indireta do Estado, dotado de autonomia administrativa, com jurisdição sobre todo o território nacional. Atualmente, está sob a tutela do Ministério da Justiça nomeado de Instituto dos Registos e do Notariado (IRN). Algumas regras foram retiradas do site conforme abaixo:

O nome completo é composto pelos nomes próprios e pelos apelidos
O nome pode conter no máximo seis vocábulos simples ou compostos, em regra, até dois nomes próprios e quatro apelidos.
Os elementos de ligação (de, da, do, e) não contam para o número de palavras do nome.

Por vocábulo composto entende-se um vocábulo constituído por dois ou mais vocábulos simples que possui um significado autónomo, muitas vezes dissociado dos significados dos seus componentes.

Exemplos de vocábulos compostos:

- nomes próprios: São-José
- apelidos: Castelo-Branco, Mil-Homens

Como escolher os nomes próprios

Quando regista uma criança portuguesa:

- ✓ deve escolher nomes portugueses, que constam na base de dados do Registo Civil, de que são exemplos os nomes da lista
- ✓ o primeiro nome próprio não pode suscitar dúvidas quanto ao sexo
- ✓ não pode ter os mesmos nomes próprios de um irmão, exceto se o irmão for falecido
- ✓ a grafia do nome tem de obedecer à ortografia em vigor.

(Fonte: Instituto dos Registos e do Notariado (IRN) - <https://irn.justica.gov.pt/>)

No Brasil, o Código Civil garante, em seu Artigo 16, que "Toda pessoa tem direito ao nome, nele compreendidos o prenome e o sobrenome." A lei 6.015, de 31 de dezembro de 1973, determina, no Art. 55., que

Toda pessoa tem direito ao nome, nele compreendidos o prenome e o sobrenome, observado que ao prenome serão acrescidos os sobrenomes dos genitores ou de seus ascendentes, em qualquer ordem e, na hipótese de acréscimo de sobrenome de ascendente que não conste das certidões apresentadas, deverão ser apresentadas as certidões necessárias para comprovar a linha ascendente.

E muito pouco há que ser dito sobre a legislação de nomes no Brasil, sobretudo que possa esclarecer as inter-relações entre os valores, costumes e práticas culturais que incidem ou atravessa o processo de nomeação.

Antes de passarmos a análise é importante destacar que a influência da Igreja no controle dos registros civis ocorreu durante todo período colonial e imperial, e, apesar de, em 1889, os registros dos nascimentos, casamentos e óbitos terem passado a ser regulados pelo Estado, a partir da publicação do Decreto n. 9.886 de 7 de março de 1889, esta influência ainda perdura:

Embora a pressão cristianizadora para a manutenção dos nomes de sua tradição tenha, a partir de 1889, sofrido certo enfraquecimento, quatro séculos de ampla e geral difusão da antroponímia luso-judaico-cristã se fazem refletir ainda hoje entre os prenomes mais usados no país. (SOLEDADE, 2024: 258)

Quando analisamos a sócio história da formação da língua portuguesa, não podemos negar a forte influência da tradição luso-judaico-cristã que se vincula à colonização portuguesa e ao papel da Igreja Católica como parceira do Estado para o controle dos registros civis durante um longo período conforme supracitado. O léxico antroponímico brasileiro, em especial os prenomes, até a década de 1880 do século XIX, era essencialmente formado por nomes dessa tradição, que se configuravam e ainda se configuram como os mais frequentes no país, como se pode observar nas tabelas abaixo:

Tabela 01– os 5 nomes femininos mais frequentes no Brasil entre antes de 1930 e 2010

-1930	1930	1940	1950	1960	1970	1980	1990	2000
Maria	Maria	Maria	Maria	Maria	Maria	Maria	Maria	Maria
Ana	Ana	Ana	Ana	Ana	Ana	Ana	Ana	Ana
Francisca	Francisca	Francisca	Francisca	Marcia	Adriana	Juliana	Jessica	Vitoria
Antonia	Terezinha	Antonia	Vera	Francisca	Marcia	Patricia	Bruna	Julia
Josefa	Antonia	Terezinha	Sonia	Sandra	Sandra	Adriana	Aline	Leticia

Fonte: SOLEDADE, 2024, p. 276

Tabela 02 – os 5 nomes masculinos mais frequentes no Brasil entre antes de 1930 e 2010

-1930	1930	1940	1950	1960	1970	1980	1990	2000
Jose	Jose	Jose	Jose	Jose	Jose	Jose	Lucas	Joao
Antonio	Antonio	Antonio	Antonio	Antonio	Antonio	Antonio	Jose	Gabriel
Joao	Joao	Joao	Joao	Joao	Francisco	Francisco	Joao	Lucas
Francisco	Francisco	Francisco	Francisco	Francisco	Joao	Joao	Rafael	Pedro
Manoel	Manoel	Manoel	Paulo	Carlos	Paulo	Carlos	Bruno	Mateus

Fonte: SOLEDADE, 2024, p. 276

Entre os cinco nomes mais frequentemente usados no Brasil em todas as décadas, destacam-se alguns de origem hebraica como Maria, Ana, José e João cujos étimos são apresentados por José Pedro Machado (1986) como: *Maria*, do hebr. *Mirian* (com variadas hipóteses etimológicas); *Ana*, do hebr. *Hannah*; *João*, do hebr. *Iohanan* e *José*, do hebr. *Iosef*.

Embora esses prenomes tenham essa origem, hoje no Brasil, considerando a relação entre a cultura e a religião, observamos que eles se vinculam a diversas tradições sejam cristãs (católica, evangélica, espírita) ou judaica.

Isto pode ocorrer ou ter ocorrido no decorrer do tempo, devido ao esvaziamento semântico como consequência de neologismos:

“Pretendemos, ainda, falar de outras duas condições de surgimento de neologismos: pode ser importado de outra língua e incorporado ao português integralmente (conteúdo e expressão referindo-se ao mesmo objeto, até então inédito na comunidade: certamente foi o caso de uísque, forma aportuguesada do inglês whisky para designar uma bebida destilada proveniente da Escócia, onde se fala inglês), ou ainda existem neologismos surgidos de "experiências" dos falantes com a língua (como o “imexível” criado há alguns anos pelo então ministro Rogério Magri).

Examinando a primeira condição de surgimento de neologismos, percebemos que este processo é o que ocorre com antropônimos e ocasiona o esvaziamento semântico. Tomemos como exemplo um apelido originado em uma alcunha, Pinheiro. Para Leite de Vasconcelos, o fator de comparação entre o denominado e o objeto era a altura: João Pinheiro foi assim chamado por ser "alto como um pinheiro". Por este atributo físico, recebeu a alcunha, cujo sentido era percebido claramente (a alcunha era transparente): havia conotação, metáfora. Seus descendentes, contudo, não receberam toda a carga semântica contida na alcunha, pois já não havia relação entre objeto e denominado.” (CARVALHINHOS, 2007: 13 – 14)

Percebe-se, desta forma, mesmo com a ocorrência do esvaziamento, que a ideologia permeia não só o discurso, como também na linguagem de forma mais direta e, assim, inclusive, impactando nos registros dos nomes que são uma forma de identificação cultural traduzindo estas relações de dominação que existiram e ainda são verificáveis por meio dos nomes próprios:

Entendo que as ideologias são significações/construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais), que são construídas em várias dimensões das formas/ sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação. (FAIRCLOUGH, 2016:122)

Fato é que o cristianismo e as práticas de batismo, bem como o controle do registro civil pela Igreja Católica até fins do século XIX acabaram por determinar que os prenomes ligados a essa tradição se consolidassem como os mais difundidos e usados no Brasil.

Assim, será aprofundado a seguir, como esse aspecto afeta o sistema antroponímico no Brasil, visto que não se trata apenas de um fenômeno linguístico, mas de um tema que envolve camadas culturais, sociais e políticas, posto que há um interesse político linguístico em sua regulamentação o qual requer avaliação e compreensão da sua importância na história e sistema da comunidade por ser parte significativa de sua identificação sociocultural.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Para a análise dos dados, partimos, inicialmente, da verificação acerca do número de adeptos a diversas religiões no Brasil de acordo com pesquisa do IBGE de 2023, extraída do site *IBGE Cidades*. Como se vê no quadro abaixo, o judaísmo é uma religião com poucos praticantes declarantes no Brasil proporcionalmente:

Tabela 03 – Religiões no Brasil – IBGE, 2023

Católica apostólica romana	123.280.172	Pessoas
Evangélica	42.275.440	Pessoas
Sem religião	15.335.510	Pessoas
Espírita	3.848.876	Pessoas
Outras religiosidades cristãs	1.461.495	Pessoas
Testemunhas de Jeová	1.393.208	Pessoas
Não determinada e múltiplo pertencimento	643.598	Pessoas
Umbanda e Candomblé	588.797	Pessoas
Católica apostólica brasileira	560.781	Pessoas
Umbanda	407.331	Pessoas
Budismo	243.966	Pessoas
Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos últimos dias	226.509	Pessoas
Não sabe	196.099	Pessoas
Candomblé	167.363	Pessoas

Novas religiões orientais	155.951	Pessoas
Católica ortodoxa	131.571	Pessoas
Judaísmo	107.329	Pessoas
Tradições esotéricas	74.013	Pessoas
Tradições indígenas	63.082	Pessoas
Espiritualista	61.739	Pessoas
Islamismo	35.167	Pessoas
Outras declarações de religiosidades afrobrasileira	14.103	Pessoas
Outras religiosidades	11.306	Pessoas
Outras religiões orientais	9.675	Pessoas
Hinduísmo	5.675	Pessoas
© 2023 IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia		

Fonte: IBGE (IBGE | Cidades@ | Brasil | Pesquisa | Censo 2010 | Amostra - Religião - <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/23/22107>)

Há que se considerar, contudo, a possibilidade de existirem muitas famílias de origem judaica, que devido à fatores diversos, como miscigenação, não são necessariamente praticantes da religião ou adeptos de práticas relacionadas à cultura judaica, o que impacta também nessa visão quantitativa da influência do judaísmo nos usos dos nomes de origem hebraica no Brasil. Ou seja, há muitas pessoas de origem judaica que, às vezes, perdem esta identificação após tantos anos e, alguns mantêm o sobrenome apenas dificultando a análise ligando os prenomes à tradição judaica.

A respeito da escolha de prenomes e sobrenomes, Soledade e de Azevedo Mendes (2023) afirmam que:

É fácil entendermos que a preservação da cultura também passa pela denominação dos indivíduos, em especial, quando se trata de prenomes, objeto antroponímico mais sujeito à livre escolha dos falantes, diferentemente dos sobrenomes. No entanto, essa livre escolha está submetida a um complexo jogo de tensões e pressões sociais, que advém de esferas variadas, seja do Estado, seja da religião, seja do grupo de pertencimento ou seja da comunidade de fala. Geralmente, tudo isso junto e misturado. Assim, retomando as reflexões Mercer e Nadalin (2008), entendemos que escolha de um antropônimo não é desmotivada e que, pelo contrário, tem íntima relação com as feições e valores de uma dada cultura. Muitos dos registros de um povo, bem como sua cultura, sua organização social e suas crenças podem ser observadas na escolha dos nomes próprios, e o olhar sobre o uso de prenomes da tradição judaica no Brasil, empreendido por esse estudo, tem, portanto, esse objetivo. (SOLEDADE COELHO e AZEVEDO MENDES, 2023, p.11).

Assim sendo, o antissemitismo e outras questões de adaptação, além do tempo, podem impactar, em uma primeira camada, na necessidade de alteração do prenome de

acordo com a tradição do país, mas tendendo à manutenção de sobrenomes. À vista disso, estas nuances da antroponímia pretendem aqui ser avaliadas de acordo com a história.

A análise, assim, levará igualmente em consideração as dinâmicas de poder e pertencimento, observando como a escolha ou a utilização de certos antropônimos pode estar ligada a processos de integração, distinção ou resistência. A pesquisa procurará identificar, por exemplo, se o uso de nomes hebraicos está relacionado a práticas religiosas, à ascensão de determinadas classes sociais ou ao desejo de afirmação de identidade em face da diversidade cultural brasileira. Assim, ao incorporar esses fatores extralinguísticos, a análise busca construir uma compreensão dos fenômenos de nomeação e seus efeitos na sociedade brasileira contemporânea.

Conforme relato metodológico, foi preciso destacar a diferença de frequência de uso entre os prenomes de origem hebraica mais usuais no Brasil, considerando se as feições seriam judaicas ou cristãs. Optou-se, assim, por avaliar, dentre os 600 prenomes obtidos no site *Behind The Name*, os que teriam uma frequência maior no Brasil de acordo com o site *Nomes do Brasil* do IBGE e foi obtido o seguinte resultado com 10 nomes que se destacaram devido ao intervalo entre a frequência registrada:

Tabela 04 – Prenomes considerados de feição judaico-cristã 1

Prenome	Étimo	Registros no Brasil	Décadas de 1º registro e ápice
Rafael	Do hebr. Refa'el	821.638	-1930 / 1980
Daniel	Orig. hebraica ¹⁰	711.338	-1930 / 1990
Samuel	Do hebr. Xemuél	293.243	-1930 / 2000
Raquel /Rachel	Do hebr. Rachel	286.415 / 11.377	-1930 / 1980
Sara/ Sarah	Do hebr. Sarah	234.286/36.228	-1930 / 2000
Davi/ David	Do hebr. Dawid	255.976/174.957	-1930 / 2000
Jonas	Do hebr. Ionah	165.105	-1930 / 2000
Ester/ Esther	Origem hebraica mas controversa	100.378 /11.415	-1930 / 2000
Israel	Do hebr. Israel	94.325	-1930 / 1990
Rute / Ruth	Do hebr. Ruth	54.753 / 45.062	-1930 / 2000

Fonte: Elaborado por SOLEDADE e DE AZEVEDO MENDES, 2023, p.20.

Assim, num primeiro momento, a análise dos dados demonstra que nomes de origem hebraica que podem ser associados tanto a tradições cristãs quanto judaicas estão entre os nomes de alta frequência de uso no Brasil.

Verificamos, em termos gerais, acerca desses prenomes, que todos apresentam os primeiros registros antes de 1930, segundo os dados do IBGE, não sendo ainda possível precisar em que século eles foram incorporados ao sistema onomástico brasileiro.

O prenome *Rafael* até 1970 somava pouco mais de 27 mil registros, porém há um boom em 1980 quando o número passa a mais de 260 mil registros. O anjo, ou arcanjo, Rafael é figura que aparece no Antigo Testamento, no Livro de Tobias, que teria sido

escrito em 200 a.C., embora esse texto não tenha sido integrado à Tanakh⁵ (também conhecida como Bíblia Hebraica), sempre fez parte da literatura dessa comunidade, sendo estudado nas sinagogas.

O Livro de Daniel integra os livros do cânone israelita, sendo, portanto, também parte do Antigo Testamento. Esse livro narra a história do jovem príncipe judeu capturado pelos babilônios que acabou por se tornar uma figura proeminente devido às interpretações que teria feito de sonhos dos reis, seguindo orientações de seus Deus, Jeová. Para os cristãos Daniel teria sido um profeta, por sua vez, a visão judaica imprime a ele o caráter de figura histórica, um sábio e ilustre membro da comunidade judaica, exemplo de fidelidade às Leis. Desse modo, o prenome *Daniel* ressoará de forma diferente nas duas tradições. Em relação à sua difusão no Brasil, destacamos que até a década de 1970 havia pouco mais de 78 mil registros, porém o prenome irá atingir seu ápice de popularidade em 1990, quando quase 200 mil pessoas serão registradas como *Daniel*.

Semelhante é o percurso do prenome *Samuel* em termos de popularidade, pois na década de 1970 podemos encontrar no máximo cerca de 20 mil, enquanto nos anos 2000 o número sobe para mais de 134 mil registros. Samuel é uma figura venerada como profeta tanto por judeus quanto por cristãos (e também por muçulmanos).

Já o prenome *Raquel*, presente tanto na tradição judaica quanto católica relacionado à figura do Livro de Gênesis, apresenta um percurso um pouco diferente em relação à temporalidade de sua frequência de uso, pois na década de 1950 os registros não chegavam a pouco mais de 8 mil, porém, seu ápice de popularidade será nos anos 1980, quando o número de registros passa a quase 85 mil, depois disso a popularidade do nome entra em queda. A variante *Rachel* fará o mesmo movimento, tendo apenas 804 registros na década de 1950, passando a subir e atingindo seu ápice na década de 1980, com 3.437 pessoas assim denominadas.

As variantes *Sara* e *Sarah* também vão sofrer um incremento significativo no intervalo que vai da década de 1970 aos anos 2000. Em relação a *Sara* temos um número 12 mil registros na década de 1970 que passa a mais de 116 mil. No caso de *Sarah*, expressão gráfica mais conformada à etimológica, temos um número de 820 registros em 1970 que aumenta para mais de 20 mil na década de 2000. Também Sarah, assim como

5 A Tanakh (ou Tanaque, Tanak, Tenakh, Tenak, Tanach, Tanac) é a coleção canônica dos textos israelitas, que é a fonte do cânone do Antigo Testamento Cristão. Há porém distinções importantes, a Tanakh é chamada pelos católicos e protestantes, ou evangélicos, de Velho Testamento, ou Antigo Testamento, sendo que o Antigo Testamento dos católicos contém também, além dos livros do Tanakh, mais sete livros, que são livros apócrifos, que eles chamam de "deuterocanônicos", e contém também adições ao livro de Ester e adições ao livro de Daniel.

Raquel, é figura do Livro de Gênesis que aparece tanto na Bíblia católica quanto na Bíblia hebraica.

O rei Davi é figura histórica e bíblica que aparece nos Livros de Samuel (I e II), inclusos nas versões católica e hebraica. O prenome que tem sua origem no hebraico *Dawid*, apresenta no português brasileiro, ao menos, duas variantes: 1) *Davi*, que até 1970 apresentava cerca de 17 mil registros, alcança seu ápice de popularidade nos anos 2000, com pouco mais 139 mil pessoas assim nomeadas; 2) *David*, que até 1970 não chegava a 9 mil registros, mas que também atinge seu ápice na década de 2000, tendo seus números aumentados para quase 65 mil.

A figura de Jonas é bastante conhecida nas tradições judaica e cristã, sobretudo pela memorável passagem em que é engolido por um peixe grande (baleia?) e passa 3 dias e três noites dentro do animal até decidir seguir os desígnios de Deus. No Brasil, o prenome *Jonas* apresenta, em 1970, um número aproximado de 19 mil registros, porém esse número mais que dobra em 1990, chegando a quase 50 mil. Vale destacar que *Jonah*, que seria a forma etimológica de *Jonas*, só aparece em 25 registros no Brasil, mas todas relacionadas ao gênero feminino – houve no Brasil uma atriz denominada Yoná Magalhães que fez muito sucesso na década de 1970, década do ápice de popularidade do prenome Ioná (1.777).

O Livro de Ester, que integra tanto a Bíblia católica quanto a hebraica, leva o nome da rainha judia e foi, provavelmente, escrito por Esdras. A história narrada ocorreu numa época em que muitos judeus estavam na Pérsia (aproximadamente 460–430 a. C.) e conta como as ações de Ester teriam salvado os judeus persas da perseguição e morte. As comunidades judaicas ao redor do mundo ainda comemoram os feitos da rainha Ester com um feriado chamado *Purim*. Há duas principais variantes: *Ester* e *Esther*. A primeira variante apresenta quase oito mil na década de 1970 e cerca de 53 mil nos anos 2000. A variante *Esther* 1970, também, irá sofrer um incremento na frequência de usos, passando de 405 registros nos anos 70, para 5.616, na década de 2000.

O prenome *Israel* é um caso particular. Embora apresente os seus primeiros registros no Brasil antes de 1930 (apenas 409 ocorrências), nas décadas subsequentes, o crescimento do uso vai seguindo o movimento de, praticamente, duplicar a cada década até 1980 (1930-1.257; 1940-2.910; 1950-5.722; 1960-10.251; 1970-12.801; 1980-20.103); já em 1990, há um baixo crescimento de popularidade, com apenas 23.155 registros, pouco mais de três mil em relação à década anterior e, por fim, na década de 2000, a popularidade começa a decair, com o registros de 17.717 indivíduos com esse

prenome no país. A questão política envolvendo o Estado de Israel e a visão dos brasileiros sobre esse debate pode ser equacionada nesses números, mas certamente não é apenas sob esse viés que esse prenome é avaliado no Brasil. Cada prenome carrega consigo uma história particular e estudos mais aprofundados poderão ser desenvolvidos.

O Livro de Rute é um dos livros da terceira divisão da Bíblia hebraica e, na Bíblia cristã, é o oitavo livro do Antigo Testamento, sendo considerado como um dos livros históricos. No português brasileiro há, pelo menos, duas variantes do prenome relacionadas a essa figura bíblica: *Rute* e *Ruth*. No caso de *Rute*, temos um prenome com primeiros registros de antes de 1930 e com ápice de popularidade na década de 1960. Percurso muito similar ao da forma etimológica, *Ruth*. A diferença se dará após a década de 1960, em que *Rute* mantém quase o mesmo nível de popularidade, com variação de mil registros para menos, enquanto *Ruth* tem uma queda mais acentuada nas décadas seguintes, com variações de registros na casa dos dois mil para menos.

Fazendo considerações gerais, um fenômeno a se destacar é que quase todos esses nomes (excetuando-se *Raquel*, *Israel* e *Rute/Ruth*) apresentam uma popularidade significativamente baixa até a década de 1970, que, por sua vez, começa a aumentar na década seguinte e que, geralmente, encontram seu ápice de número de registros nos anos 2000. Muito embora sejam nomes ligados tanto à tradição judaica quanto à tradição cristã, não há indícios claros de que esse incremento no uso tenha alguma relação direta com o aumento do número de judeus no Brasil. Ao nosso ver, é mais provável que os registros desses prenomes tenham aumentado devido à difusão cada vez mais acentuada das igrejas neopentecostais e à adesão da população brasileira a seus cânones e dogmas.

Por sua vez, o combate aos preconceitos de toda a natureza e, sobretudo a defesa cada vez mais contundente da liberdade religiosa, pode sim ter favorecido um fortalecimento identitário entre membros da comunidade judaica, fazendo com que seja também através desse movimento que os prenomes dessa tradição estejam ganhando maior popularidade no século XXI. Pesquisas sobre dados demográficos e de registro civil dessa comunidade em específico poderão elucidar melhor essas questões.

Vale observar também que quando há variantes gráficas (*Davi* / *David*; *Raquel* / *Rachel*; *Rute* / *Ruth* *Sara* / *Sarah*;), é a variante mais latinizada/cristianizada que vai ser mais frequente no país, sendo as formas mais próximas à grafia etimológica aquelas que em tese teriam maior vínculo com a comunidade judaica e que, por seu turno, têm se revelado menos frequentes.

Assim, o que podemos observar desses dados é que embora muitos desses prenomes possam fazer parte da onomástica tradicional judaica, todos estão *também* integrados à tradição cristã e é, provavelmente, por esse viés que eles assumem o grau de popularidade que encontram no Brasil, haja vista as condições sócio históricas díspares das duas tradições no país. Conforme relatam Soledade e de Azevedo Mendes (2023), há que se considerar, contudo, a dificuldade de uma posição determinante acerca da ligação destes prenomes de acordo com a tradição judaica ou cristã no Brasil:

um fenômeno a se destacar é que quase todos esses nomes (excetuando-se Raquel, Israel e Rute/Ruth) apresentam uma popularidade significativamente baixa até a década de 1970, que, por sua vez, começa a aumentar na década seguinte e que, geralmente, encontram seu ápice de número de registros nos anos 2000. Muito embora sejam nomes ligados tanto à tradição judaica quanto à tradição cristã, não há indícios claros de que esse incremento no uso tenha alguma relação direta com o aumento do número de judeus no Brasil. Ao nosso ver, é mais provável que os registros desses prenomes tenham aumentado devido à difusão cada vez mais acentuada das igrejas neopentecostais e à adesão da população brasileira a seus cânones e dogmas. (SOLEDADE e de Azevedo Mendes, 2023, p.24)

Considerando que variantes gráficas também podem revelar uma maior ligação entre uma tradição ou outra, como *Davi/David; Raquel/Rachel; Rute/Ruth e Sara/Sarah*, apontou para necessidade de uma proposta metodológica com a adoção de entrevistas que poderia auxiliar neste esclarecimento, porém, como não foi possível realizá-las, com estes dados, é viável pressupor que as variantes mais latinizadas/cristianizadas são mais frequentes no país, e, por sua vez, as formas mais próximas à grafia etimológica do hebraico, são aquelas que, ao que tudo indica, teriam maior vínculo com a comunidade judaica, mostram-se com uma frequência menor. Os exemplos tomados acima podem demonstrar essa hipótese:

Tabela 05 – Prenomes considerados de feição judaico-cristã

Prenome	Étimo	Variante cristianizada	Variante etimológica
Raquel /Rachel	Do hebr. Rachel	286.415	11.377
Sara/ Sarah	Do hebr. Sarah	234.286	36.228
Davi/ David	Do hebr. Dawid	255.976	174.957
Ester/ Esther	Origem hebraica mas controversa	100.378	11.415
Rute / Ruth	Do hebr. Ruth	54.753	45.062

Fonte: elaborado pela autora

Não é possível, entretanto, afirmar, de forma categórica, que as variantes mais latinizadas ou etimológicas estão diretamente ligadas a uma ou outra tradição na

composição do sistema antroponímico brasileiro, posto que, conforme dissertado, as camadas sociais, culturais e históricas não podem ser de todo apartadas neste contexto.

Para confirmar esta hipótese de que é ou não possível correlacionar os nomes de acordo a religião/tradição judaica, foram realizadas duas pesquisas: uma através de enquetes no whatsapp e outra com o uso da plataforma *Google Forms*, conforme mencionado na metodologia, sendo em ambas oferecida uma questão de múltipla escolha em que os respondentes poderiam selecionar, inclusive, todas as opções.

Na primeira pesquisa, foi apresentado aos informantes (todos brasileiros) um conjunto de 47 prenomes, considerados muito identificados com a tradição judaica, a fim de observar, se essa era também a percepção dos informantes. Contudo, apenas 27 prenomes foram identificados como relacionados à tradição judaica por mais de 50% dos informantes. Acerca desses 27 prenomes buscamos estabelecer, a partir das informações oferecidas pelo IBGE no site Nomes no Brasil, qual época que o prenome foi introduzido no Brasil e qual o seu grau de difusão, considerando o número total de registros. São esses dados que disponibilizamos na tabela abaixo:

Tabela 06 – Prenomes a serem avaliados sobre uma possível feição judaica

Prenome	Étimo	Registros no Brasil	Décadas de 1º registros e ápice
Natan / Nathan	Do hebr. Nathan	57.981 / 17.328	-1930-2000
Levi	Do hebr. Levi	35.520	-1930-2000
Isaac	Do hebr. Itshak	27.100	-1930-2000
Eliezer	Do hebr. Eliezer	19.615	-1930-1980
Saul	Do hebr. Xaul	5.528	-1930-1980
Uriel	Do hebr. Uriel	3.801	1930-2000
Jacob	Prov. Do hebr. Jakob'el	3.761	-1930/1950
Amós	Orig. obsc. mas cert. hebr.	3.651	1930-1990
Hadassa/Hadasa/ Hadassah	Do hebr. Hadassah	3.223/ 112/ 84	1970-2000
Gideon	Do hebr. Gid'on	2.274	1930-1980
Efraim/ Ephraim	Do hebr. Ephraim	2.072 / 33	1930-2000
Aaron / Aharon	Do hebr. Aaron	685 / 60	1980-2000
Naftali	Do hebr. Naphtali	620	1970-2000
Asaf	Do hebr. Asaf	343	1990-2000
Mikhael	Do hebr. Michael	323	1980-2000
Abraham/ Avraham	Do hebr. Abram ou Abraham	237/27	1930-2000
Avner	Do hebr. Abner	191	1980-2000
Gavriel	Do hebr. Gavriel	130	1990-2000
Yael	Do hebr. Iael	101	1990-2000
Reuben	Do hebr. Rauven	100	1980-1980
Moshe	Do hebr. Moxeh	70	2000-2000
Shalom	Do hebr. Shalom	68	1980 -1980
Ezra	Origem hebr. obscura	47	-
Yonatan	Do hebr. Iehonathan	47	-
Devora	Do hebr. Debhoráh (D'vorah)	44	-
Mordecai	Do hebr. Mordekhay	29	-
Shlomo	Do hebr. Shlomô	29	-

Fonte: elaborado pelas autoras

Nessa tabela, podemos observar que existem dois grupos a serem destacados, considerando, fundamentalmente, a frequência de uso.

Em primeiro lugar, destacam-se os 11 primeiros prenomes, que possuem em comum um grau maior de difusão, tendo registros acima de 2 mil ocorrências, estando presentes em todas as unidades federativas do Brasil.

Outro fator de unidade desse grupo é datação recuada de seus primeiros registros, a maioria data de antes de 1930, não sendo possível, portanto, especificar a data de entrada na antroponímia brasileira. Destacam-se, quanto a datação dos primeiros registros, *Efraim*, *Gideon* e *Uriel*, com as primeiras ocorrências localizadas em 1930 e *Hadassa* que tem 37 registros na década de 1970, 163 na década seguinte, 651 na década de 1990 e explode nos anos 2000, com 2.364 registros, sendo também dessa última década os registros das variantes *Hadassah* (84) e *Hadasa* (112).

Desse modo, acerca desse primeiro grupo de prenomes de feição judaica, podemos inferir que, excetuando-se o caso de *Hadassa*, a difusão no território brasileiro está intimamente relacionada à antiguidade dos usos, sendo prenomes que já estavam incorporados à antroponímia nacional desde antes de 1930.

Estabelecer uma relação desses prenomes com a comunidade judaica migrante é mais factível, contudo, não possuímos dados que nos façam assegurar que seja esse o caminho da incorporação desses elementos à onomástica personativa do português brasileiro, e aprofundamentos da pesquisa poderão dar maior fiabilidade a essa hipótese.

O segundo grupo refere-se ao conjunto de 16 prenomes que possuem um número de registros abaixo de mil, sendo *Aaron* aquele com maior frequência de uso, com 685 registros, chegando a *Mordecai* e *Shlomo*, aqueles com menor frequência, apenas 29 registros.

Esses prenomes, assim como aqueles do primeiro grupo, têm em comum a datação dos primeiros registros, todos são posteriores à década de 1970, sendo a maioria registrados primeiramente, no Brasil, na década de 1980.

Novamente podemos estabelecer uma relação entre a datação e a frequência de uso, os prenomes com um surgimento mais recente na antroponímia brasileira ainda não foram capazes de atingir todas as unidades da federação, por exemplo, *Naftali* (620) não apresenta ocorrência em nenhum dos estados do sul do país. Nessa interrelação entre datação e número de registros, destaca-se, como exceção, o caso de *Abraham* (237) / *Avraham* (27) que embora tenha um número muito baixo de registros, apontam para uma primeira datação em 1930.

Em relação a esse segundo grupo, aventamos a possibilidade de que sua difusão, embora possa ter contribuição das comunidades judaicas no país, esteja mais relacionada à expansão dos adeptos às religiões neopentecostais, os chamados evangélicos. Essa comunidade vem, com muita intensidade, recorrendo aos textos bíblicos para a escolha de prenomes de sua prole. Essa escolha se relaciona não só a uma forma de declaração de filiação à tradição religiosa, mas também a uma opção pautada pela significação que atribuem aos prenomes a partir das informações (não necessariamente etimológicas) dadas pelos próprios textos religiosos.

Na segunda pesquisa, com 39 respondentes, os falantes também foram instruídos a avaliar se os nome teriam relação com a tradição judaica, o que resultou no seguinte gráfico:

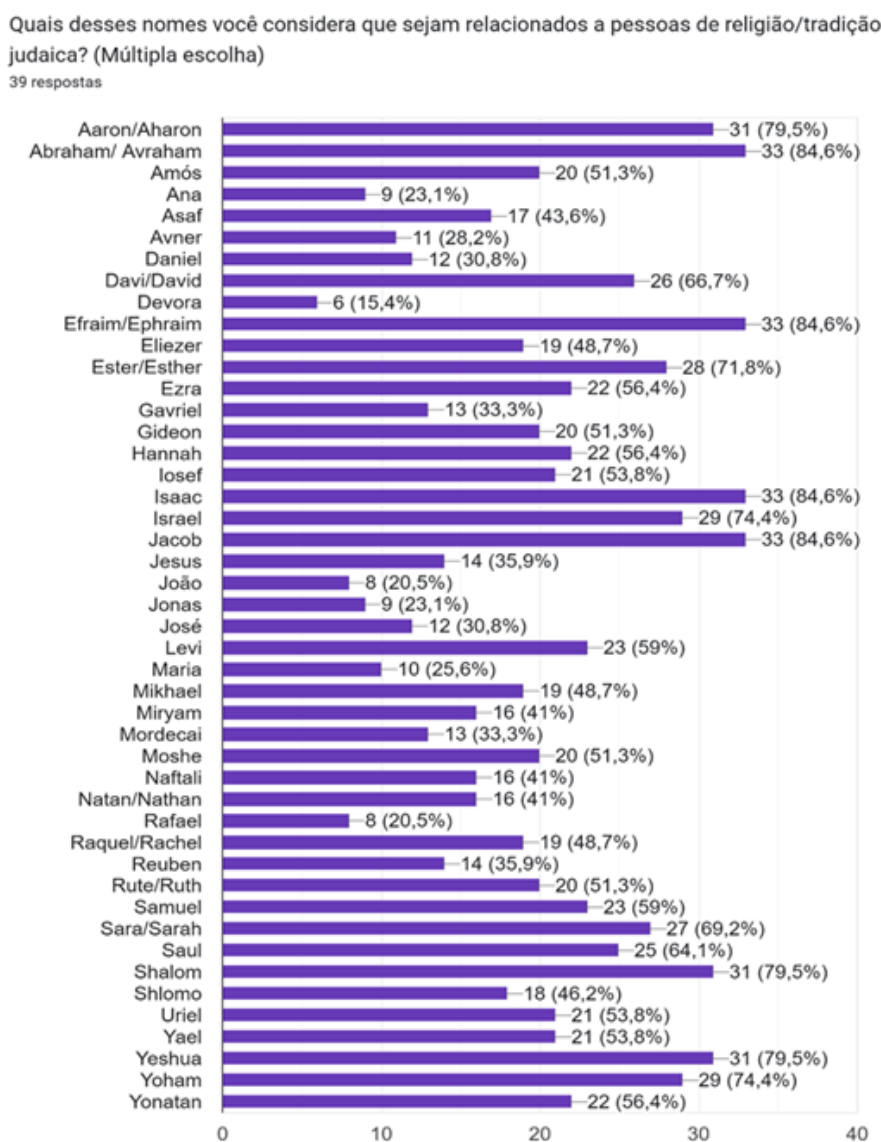


Figura 07 –Pesquisa realizada no *Google Forms* – Elaborado pela autora

Ao organizar os dados, percentualmente, do número maior para o menor, e comparando com a frequência no site *Nomes do Brasil* do IBGE, obtivemos a seguinte visão:

Tabela 07– Resultados Pesquisa x Frequência IBGE

Resultados Pesquisa		Frequência IBGE			
		Nome	Qtde	Nome	Qtde
ABRAHAM/AVRAHAM	84,60%	Abraham	237	Avraham	27
EFRAIM/EPHRAIM		Efraim	2072	Ephraim	33
ISAAC		Isaac	27100		
JACOB		Jacob	3761		
AARON/AHARON	79,50%	Aaron	685	Aharon	60
SHALOM		Shalom	68		
YESHUA		Yeshua	27		
ISRAEL	74,4%	Israel	94325		
YOHAM		Yoham	39		
ESTER/ESTHER	71,8%	Ester	100.378	Esther	11.415
SARA/SARAH	69,2%	Sara	234.286	Sarah	36.228
DAVI/DAVID	66,7%	Davi	255.976	David	174.957
SAUL	59,0%	Saul	5.528		
LEVI		Levi	35.520		
SAMUEL		Samuel	293.243		
EZRA	56,4%	Ezra	47		
HANNAH		Hannah	2.442		
YONATAN		Yonatan	47		
IOSEF	53,8%	Iosef	40		
URIEL		Uriel	3.801		
Yael		Yael	101		
AMÓS	51,3%	Amós	3.651		
GIDEON		Gideon	2.274		
MOSHE		Moshe	70		
RUTE/RUTH		Rute	54.753	Ruth	45.062
ELIEZER	48,7%	Eliezer	19.615		
MIKHAEL		Mikhael	323		
RAQUEL/RACHEL		Raquel	286.415	Rachel	11377
SHLOMO	46,2%	Shlomo	29		
ASAF	43,6%	Asaf	343		
MIRYAM	41,0%	Miryam	233		
NAFTALI		Naftali	620		
NATAN/NATHAN		Natan	57.981	Nathan	17328
JESUS	35,9%	Jesus	35.774		
REUBEN		Reuben	100		
GAVRIEL	33,3%	Gavriel	130		
MORDECAI		Mordecai	29		
DANIEL	30,8%	Daniel	711.338		
JOSÉ		José	5.754.529		
AVNER	28,2%	Avner	191		
MARIA	25,6%	Maria	11.734.129		
ANA	23,1%	Ana	3.089.858		
JONAS		Jonas	165.105		
JOÃO	20,5%	João	2.984.119		
RAFAEL		Rafael	821.638		
DEVORA	15,4%	Devora	44		

Fonte: Elaborado pela autora

Pode-se observar neste comparativo que, algumas hipóteses, podem ter um padrão e é possível, assim, refletir sobre alguns outros pressupostos levantados nesta dissertação:

- 1) Nomes com a grafia mais próximos à etimologia do hebraico são menos frequentes e, identificadas assim, com a religião/tradição judaica. Exemplo: *Abraham/Avraham* obteve 84% de identificação com a cultura judaica. Além da grafia, podemos pressupor que esta maior identificação advém de que,

Abraão e Sara foram um casal bíblico, cujas histórias estão relatadas no livro de Gênesis. O livro de Gênesis é o primeiro livro tanto da Bíblia Hebraica como da Bíblia cristã, antecede o Livro do Êxodo. Faz parte da Torá, os cinco primeiros livros bíblicos. Em que pese *Abraham* ou *Avraham* não terem uma grande frequência no Brasil, é facilmente conectado a seu similar, na grafia mais ligada à etimologia do latim, Abraão. E por tal ligação ser intuitiva, pode ter sido o motivo da grande identificação com a tradição/religião judaica, assim como Efraim, Isaac e Jacob que também constam no livro de Gênesis.

- 2) A partir de *Ezra*, uma nova configuração, majoritariamente, se verifica no quadro. Nome pouco difundido na tradição do Brasil, diferente de *Yeshua*, posto que, este último, apesar de ter a frequência baixa com a grafia mais vinculada à tradição hebraica, pode ser, assim como *Abraham*, de forma intuitiva, vinculado à *Joshua* e *Jesus*, conforme consulta no site *Behind The Names*:

Forma abreviada de Yehoshua' (ver Josué) usada nos livros de Esdras e Neemias na Bíblia Hebraica. A forma também foi usada em aramaico e provavelmente era o nome representado pelo grego Iesous (ver Jesus) no Novo Testamento. Isso significa que provavelmente era o nome verdadeiro de Jesus. (Fonte: <https://www.behindthename.com/name/yeshua> – tradução pela autora)

Ou seja, a despeito de todos estes nomes se apresentarem na Bíblia, alguns se identificam muito com a tradição judaica pela Bíblia e história, como *Shalom* e os demais acima de 59%. Ao passo que, os outros, pela distância da língua hebraica com a língua portuguesa não são facilmente vinculados à Bíblia ou tradição católica como *Shlomo* que é a forma, no hebraico moderno de, Salomão, este que é derivado do hebraico Shalom. Moshe é a forma hebraica de Moisés, porém não facilmente associada a esta forma em português.

- 3) Outra grande parte da não identificação de nomes vinculados à religião/tradição judaica são nomes amplamente difundidos no Brasil tanto pela religião quanto pela própria cultura como *Rute/Ruth* e, os que ultrapassam milhões como *José*, *Maria*, *Ana* e *João*. Se observarmos os nomes abaixo de 59%, além destes com grande ocorrência no Brasil, estão nomes com uma escrita muito diferente e figuras não tão difundidas considerando não constarem no Novo Testamento, como:

- a. *Asaf* é um nome de pessoas citadas na Bíblia no Antigo Testamento, sendo elas: Pai de Joá, o cronista do Rei Ezequias; Filho de Beraquias, o gersonita; Guarda das matas do rei Artaxerxes I, o qual enviou suprimentos para a reconstrução dos muros de Jerusalém e Um dos músicos levitas encarregados pelo Rei Davi desde o retorno da Arca da Aliança. Designado posteriormente como chefe dos que celebrariam diante da Arca quando retorna a Jerusalém. Escreveu 12 capítulos de Salmos (capítulo 50 e 73-83). Seus filhos foram encarregados como músicos no templo construído pelo Rei Salomão.
- b. *Amós* é um Profeta do Antigo Testamento, autor do Livro de Amós e
- c. *Gideon* ou, na Bíblia, *Gideão*, que é também chamado de Jerub-Baal, é um juiz que aparece no Livro dos Juízes (Antigo Testamento).
- d. Nomes como *Gavriel*, podem não ter sido identificados como da tradição/cultura judaica por ser facilmente vinculado à forma amplamente difundida no Brasil Gabriel, assim como Rafael e Daniel que obtiveram percentual abaixo de 40.

Vale por fim dizer que, no caso de *Devora*, talvez o falante/leitor da pesquisa não tenha feito relação com o prenome *Débora* e sim com o verbo *devorar*, donde se justificaria a baixa avaliação do nome.

Em síntese, confrontando as duas pesquisas, podemos dizer que os dados abrem espaço para muitos questionamentos que podem ser objeto de estudo em pesquisas futuras.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A onomástica é uma área das ciências lexicais voltada para o estudo dos nomes próprios de maneira geral. Seu campo de interesse inclui não apenas os nomes próprios de pessoas e lugares, mas também aqueles de outras naturezas, como os nomes de instituições, objetos e eventos. A antroponímia, uma subárea da onomástica, se dedica especificamente ao estudo dos nomes próprios de pessoas, com foco no antropônimo, que é o nome individual atribuído a um ser humano. Este campo examina as origens, as formas e os significados desses nomes, além de considerar os fatores culturais, sociais e históricos que influenciam sua escolha e uso.

Os estudos onomásticos tiveram uma aproximação maior da linguística no país a partir da segunda metade do século XX. Dentro da antroponímia, objeto deste estudo, pesquisadores no Brasil têm se aprofundado nos últimos 20 anos, tais como: Eduardo Tadeu Roque Amaral da UFMG, Márcia Sipavicius Seide da UNIOESTE, Juliana Soledade Barbosa Coelho da UFBA/UnB, Natival Almeida Simões Neto da UEFS e Patrícia de Jesus Carvalhinhos da USP. A contribuição destes pesquisadores tem sido fundamental para o aprofundamento e disseminação da onomástica brasileira.

Alicerçado sob as pesquisas realizadas por estes acadêmicos, este trabalho buscou evidenciar um conceito de nome próprio distinto do que é tradicionalmente discutido pela gramática normativa. Assim, com base nas ideias de Seide (2021), consideramos que o nome próprio é um elemento único, guardado em um endereço conceitual na mente do falante, e que se compõe de uma entrada lexical, uma entrada lógica e uma entrada enciclopédica.

No que tange aos prenomes objeto deste estudo podemos considerar que contribuições mais significativas estão nos elementos hebraicos e latinos. Além desses elementos destacados na sócio-história da antroponímia no Brasil, precisamos levar em conta o fato de que a interferência da Igreja Católica, que dominou por longos anos o registro civil, além da influência dos colonizadores europeus que levaram ao fortalecimento dos prenomes com grafia próxima à etimologia latina em contraste à etimologia hebraica.

Esta análise revelou que imposição do catolicismo pelo colonizador português influenciou diretamente a escolha dos nomes, levando à predominância da tradição luso-judaico-cristã na antroponímia brasileira. A Igreja exerceu um papel central na padronização dos nomes, especialmente durante o período colonial e imperial, quando

detinha o controle sobre os registros civis. Esse processo garantiu a perenidade de nomes hebraicos cristianizados, como Maria, José, João e Ana, que continuam a figurar entre os mais comuns no país.

Outro aspecto relevante identificado foi o impacto das migrações judaicas no Brasil. Desde o período colonial, passando pela imigração no século XIX e pelos refugiados da Segunda Guerra Mundial, os judeus contribuíram para a diversidade cultural e onomástica brasileira. No entanto, observamos que, ao longo do tempo, muitos prenomes tradicionalmente judaicos foram assimilados pela população cristã, esvaziando sua conotação original e com a grafia alterada, tornaram estes indistinguíveis dentro do repertório antroponímico geral.

Um ponto de destaque neste estudo foi a influência crescente dos movimentos neopentecostais na reintrodução e popularização de nomes bíblicos no Brasil. Com a ascensão do evangelicalismo, observa-se um fenômeno de ressignificação de prenomes hebraicos, especialmente aqueles associados a personagens da Bíblia. Esse movimento tem gerado uma renovação na tradição onomástica do país, com uma revalidação de nomes considerados tradicionais e sua adoção por novas gerações.

Para se ter uma análise mais precisa, seria necessário, como proposta inicial, examinar os prenomes em conjunto ao sobrenome de pessoas que fossem notoriamente de origem judaica e cruzar com demais dados disponíveis como regiões, por exemplo, e com uma metodologia em que fosse possível realizar entrevistas para, posteriormente, avaliar os resultados de eventuais necessidades de mais dados, entrevistas etc.

Por fim, este trabalho contribui para os estudos onomásticos ao demonstrar que os prenomes carregam consigo marcas históricas, culturais e religiosas, sendo um reflexo das dinâmicas sociais de uma comunidade. A antroponímia, nesse sentido, se apresenta como uma área interdisciplinar, dialogando com a história, a sociologia e a religião. O reconhecimento da pluralidade de influências sobre os nomes permite avançar na compreensão dos processos identitários e das mudanças culturais ocorridas no Brasil ao longo dos séculos.

A diversidade onomástica no Brasil evidencia um fenômeno complexo em que os nomes próprios transcendem sua função de mera identificação, tornando-se veículos de memória histórica e expressão cultural. A transformação de prenomes ao longo dos séculos reflete as trocas entre tradições e crenças distintas, criando um panorama multifacetado em que a identidade nacional se manifesta por meio da linguagem.

Além das influências de Igreja e, posteriormente, das políticas estatais na regulação dos nomes, a presença contemporânea dos meios de comunicação e da globalização tem ampliado o repertório onomástico, promovendo uma ressignificação de nomes tradicionais e a adoção de nomes estrangeiros. Esse processo evidencia um deslocamento nas motivações que levam à escolha dos prenomes, com um crescente protagonismo da mídia e da cultura de massa na formação das preferências individuais e coletivas.

A pesquisa acadêmica, com seus entraves inerentes, precisa assim procurar formas de encontrar elucidações para alcançar a dinâmica histórica, social e cultural do que se busca compreender no âmago do período em que está inserida. No momento histórico da elaboração desta pesquisa, no ano de 2023, eclodiu o que tem sido nomeado de guerra, entre Israel e Palestina⁶ e que ainda perdura, havendo a necessidade de alterar a proposta de metodologia para que a pesquisa pudesse ainda obter seu objeto de estudo dentro das possibilidades de dados a que se têm acesso, conforme explicitado na seção específica sobre a metodologia.

Assim, com a metodologia alterada para entrevistas não identificando a religião/tradição a que as pessoas pertenciam, a presente dissertação esclarece aspectos históricos e linguísticos da antroponímia brasileira, mas também abre caminho para novas investigações sobre o tema.

⁶ Em 7 de outubro de 2023, ocorreram ataques do Hamas ao território israelense, a partir da Faixa de Gaza. O desenrolar dessas ações provocou a imediata declaração de guerra de Israel contra o Hamas.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANGELO, E. R. B. Memórias Judaicas Na Baixada Fluminense: A Sinagoga 2323 Israel De Nilópolis. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em https://www.ciipc2020.rj.anpuh.org/resources/anais/13/ciipc2020/1624057189_ARQUIVO_c92200b1a7906564094a9cf3f821ad5d.pdf. Acesso em MAR 2024.

AMARAL, Eduardo Tadeu Roque. SEIDE, Márcia Sipavicius. Nomes Próprios de Pessoa: introdução à antroponímia brasileira. Blucher, São Paulo, 2020.

AMARAL, Eduardo Tadeu Roque. Contribuições para uma tipologia de antropônimos do português brasileiro. *Alfa: revista de linguística*, São Paulo, v. 55, n. 2, p. 63-82, 2011.

CAMURÇA, Marcelo; SILVEIRA, Emerson José Sena e ANDRADE JÚNIOR, Péricles Moraes de. Estado laico e dinâmicas religiosas no Brasil: tensões e dissonâncias, Belo Horizonte. Editora Horizonte: Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião. v. 18, n. 57, p. 975-1001. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=9580123>. Acesso em dez 2024.

CARNEIRO, Maria L. Tucci. Mosaico de nacionalidades. São Paulo: Maayanot, 2013. (Série Brasil Judaico, v. 2).

CARVALHINHOS, Patrícia de Jesus. As origens dos nomes de pessoas. *Domínios de Linguagem*. Minas Gerais, v. 1, n. 1, p. 1-18, 2007. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/11401/6686>. Acesso em: 09 mar. 2021.

CASTRO, Ivo. A atribuição do nome próprio no espaço luso-brasileiro: dados paulistas. In: BOULLÓN AGRELO, Ana Isabel; KREMER, Dieter. *Novi te ex nomine: estudos filológicos oferecidos ao Prof. Dr. Dieter Kremer*. [A Coruña]: Fundación Pedro Barrié de la Maza, 2004, p. 245-256.

CYTRYNOWICZ, Roney. Além do Estado e da Ideologia: imigração judaica, Estado-Novo e Segunda Guerra Mundial. *Revista Brasileira de História*. v. 22, n. 44, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-01882002000200007>. Acesso em Setembro de 2024.

FAIRCLOUGH, Norman. Discurso e mudança social. 2. ed. Brasília: Editora da UnB, 2016.

FALBEL, N. Judeus no Brasil: estudos e notas. São Paulo: Humanitas; Edusp, 2008. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=IJ1fJxTbzooC>. Acesso em 10 mar 2024.

GRINBERG, Keila. Nova língua interior: os judeus no Brasil. In: Brasil: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2007.

Instituto dos Registos e do Notariado (IRN) – Disponível em: <https://irn.justica.gov.pt/Servicos/Cidadao/Nascimento/Composicao-do-nome>. Acesso em janeiro de 2025.

MACHADO, Jose Pedro. 2003. Dicionário onomástico e etimológico da língua portuguesa v. II. Lisboa: Horizonte: Confluência.

MALAMUD, Samuel. Recordando a Praça Onze. Rio de Janeiro: Kosmos, 1988.

MEXIAS-SIMON, Maria Lúcia; OLIVEIRA, Aileda de Mattos. O nome do homem: reflexões em torno dos nomes próprios. Rio de Janeiro: H. P. Comunicação, 2004.

MILGRAM, Avraham. O Brasil e os sobreviventes do Holocausto. In: FALBEL, A.; MILGRAM, A. e KOIFMAN, F. Judeus no Brasil: história e historiografia. Ensaio em homenagem a Nachman Falbel. Rio de Janeiro: Garamond, 2021.

MULTIRIO. MultiRio - Empresa Municipal de Multimeios. Ação dos jesuítas: catequese e aldeamentos: <https://multirio.rio.rj.gov.br/index.php/historia-do-brasil/america-portuguesa/8736-a%C3%A7%C3%A3o-dos-jesu%C3%ADtas-catequese-e-aldeamentos>. Acesso em outubro de 2024.

OLIVEIRA, Julia Souza. Construindo uma vida comunitária: imigrantes judeus no Rio de Janeiro em princípios do século XX. Revista Maracanan. Rio de Janeiro, n. 29, p. 145-165, jan.-abr. 2022.

RAMOS, Ricardo Tupiniquim e Bastos, Gleyce Ramos. Onomástica e possibilidades de releitura da história. Revista Augustus, Rio de Janeiro, Ano 15, N. 30, agosto de 2010.

SEIDE, Márcia Sipavicius. A Antroponomástica Comparada. Onomástica desde América Latina, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 83–102, 2020. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/onomastica/article/view/25488>. Acesso em janeiro de 2025.

SOLEDADE, Juliana. Os brasileiros e seus nomes: teoria e história da antroponímia no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Pontes, 2024.

SOLEDADE, Juliana; DE AZEVEDO MENDES, Camila. Um retrato da antroponímia judaica no Brasil: o que não revelam dados censitários? **Onomástica desde América Latina**, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 1–30, 2023. DOI: 10.48075/odal.v4i1.31619. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/onomastica/article/view/31619>. Acesso em: 23 dez. 2024.

VASCONCELOS, J. L. de. Antroponímia portuguesa. Lisboa: Imprensa Nacional, 1928.